

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (CCH)

ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA (EB)

ANA CAROLINA SILVA

**AS IMPLICAÇÕES DA AVALIAÇÃO DO INEP/MEC NAS BIBLIOTECAS
UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS DO RIO DE JANEIRO**

Rio de Janeiro

2014

ANA CAROLINA SILVA

**AS IMPLICAÇÕES DA AVALIAÇÃO DO INEP/MEC NAS BIBLIOTECAS
UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS DO RIO DE JANEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof^ª. MSc. Daniela Spudeit

Rio de Janeiro

2014

S586a

Silva, Ana Carolina

As implicações da avaliação do INEP/MEC nas bibliotecas universitárias federais do Rio de Janeiro / Ana Carolina Silva. – Rio de Janeiro, 2014.

69f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Orientador: Prof^ª MSc. Daniela Spudeit.

1. Avaliação de bibliotecas. 2. SINAES. 3. Educação Superior. 4. Gestão de bibliotecas I. Spudeit, Daniela. II. Título.

ANA CAROLINA SILVA

**AS IMPLICAÇÕES DA AVALIAÇÃO DO INEP/MEC NAS BIBLIOTECAS
UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS DO RIO DE JANEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola de Biblioteconomia da Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro como
requisito parcial à obtenção do grau de
Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovado em: _____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. MSc. Daniela Spudeit – Orientadora
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Eduardo Alentejo – Avaliador
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof^ª. Dr^ª. Suzete Moeda - Avaliadora
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

À minha mãe, pelo exemplo de força e
coragem.

AGRADECIMENTOS

À minha família, por todo o apoio em minha trajetória. Aos meus pais, Marta e José, que sempre me deram oportunidades e me incentivaram a buscar mais. À minha irmã, Aline, que sempre foi um exemplo do que eu queria ser.

Aos meus professores, os da UNIRIO e todos os outros que os antecederam, que não só me deram aulas, mas que também me ensinaram coisas que iam além da vida acadêmica. Em especial à professora Daniela Spudeit, que aceitou orientar essa monografia mesmo com pouco tempo para conclusão, me mostrando o caminho certo para chegar ao meu objetivo.

Agradeço aos meus amigos, pelos momentos de descontração, pelas risadas e pelo incentivo. Dentre esses amigos um agradecimento especial à Palloma, Alyssa e Bárbara, por participarem desse processo e por acreditarem em mim, mesmo quando até eu tinha minhas dúvidas.

Aos entrevistados, que concordaram gentilmente em responder ao questionário, sem o qual não seria possível a conclusão desta pesquisa.

À todos aqueles que passaram por minha vida e contribuíram para me tornar quem sou hoje.

La Biblioteca es una esfera cuyo centro
cabal es cualquier hexágono, cuya
circunferencia es inaccesible.

Jorge Luis Borges

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso trata sobre a avaliação das bibliotecas universitárias realizada pelo INEP/MEC a partir da perspectiva dos bibliotecários de instituições universitárias federais localizadas na cidade do Rio de Janeiro. Aborda o sistema educacional brasileiro, com foco na educação superior e na avaliação da educação, verificando conceitos e fazendo um breve histórico da educação no Brasil. A pesquisa se deu por meio de um estudo bibliográfico e da aplicação de um instrumento de coleta de dados enviado aos bibliotecários da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A partir da análise de dados, através do discurso dos atores envolvidos e da fundamentação teórica, concluiu-se que a avaliação das bibliotecas universitárias pelo Ministério da Educação (MEC) é um processo subjetivo que muda de acordo com os avaliadores envolvidos. Propõe que a inclusão de um bibliotecário nas comissões de avaliações do INEP/MEC para melhorar a avaliação e que a biblioteca saia da dimensão “Instalações físicas” e seja considerada uma categoria de análise distinta para obter um *status* acadêmico-pedagógico dentro da IES conforme defendem Lubisco e Vieira (2008).

Palavras-chave: Avaliação de bibliotecas. MEC. Qualidade em bibliotecas. Educação Superior. Gestão de bibliotecas.

ABSTRACT

This course conclusion work deals with the evaluation of university libraries held by INEP / MEC from the perspective of librarians of federal universities located in the city of Rio de Janeiro. Addresses the Brazilian educational system, focusing on higher education and evaluation of education, checking concepts and making a brief history of education in Brazil. The research was through a bibliographic study and implementation of a data collection instrument sent to the librarians of the Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) and Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). From the data analysis, through the discourse of the actors involved and the theoretical basis, it was concluded that the evaluation of university libraries by the Ministry of Education (MEC) is a subjective process that changes according to the evaluators involved. Proposes the inclusion of a librarian in commissions of evaluation of INEP / MEC to improve the evaluation and that the library departs the dimension "physical facilities" and becomes a distinct category of analysis, in order to obtain an academic-educational status within the IES as advocate Lubisco and Vieira (2008).

Keywords: Evaluation of libraries. MEC. Quality in libraries. Higher Education. Management of libraries.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Estrutura do Sistema Educacional Brasileiro	20
----------	---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Tempo em que exercem a profissão	47
Gráfico 2	Pós-graduação	47
Gráfico 3	Participação em avaliações SINAES	48
Gráfico 4	Avaliação abrange todo o universo da biblioteca	49
Gráfico 5	Opinião sobre critério de infraestrutura física	50
Gráfico 6	Comprovação de ser bibliotecário	52
Gráfico 7	Demonstração dos serviços da biblioteca	53
Gráfico 8	Opinião sobre critério de atualização do acervo	54
Gráfico 9	Opinião sobre critério de avaliação das bibliografias	56
Gráfico 10	Opinião sobre competências dos avaliadores	58

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Biblioteca: Infraestrutura física	38
Quadro 2	Biblioteca: Serviços e informatização	38
Quadro 3	Biblioteca: Plano de atualização do acervo	39
Quadro 4	Livros da bibliografia básica	40
Quadro 5	Livros da bibliografia complementar	40
Quadro 6	Periódicos especializados	41

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANDES	Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEA	Comissão Especial de Avaliação
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPC	Conceito Preliminar de Curso
EaD	Educação à Distância
ENC	Exame Nacional de Cursos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
GERES	Grupo Executivo para Reformulação da Educação Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDD	Índice de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado
IES	Instituição de Ensino Superior
IGC	Índice Geral de Cursos
INEP	Instituto Nacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
PAIUB	Programa Nacional de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PARU	Programa de Avaliação da Reforma Universitária
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEED	Secretaria de Educação a Distância
SERES	Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior
SESU	Secretaria de Educação Superior
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SNBU	Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias
UFC	Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA	15
1.2	JUSTIFICATIVA	16
1.3	PROBLEMA DE PESQUISA	17
1.4	OBJETIVOS	17
1.5	ESTRUTURA DO TRABALHO	18
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
2.1	SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO	19
2.2	EDUCAÇÃO SUPERIOR	23
2.3	AVALIAÇÃO EDUCACIONAL	25
2.4	SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	28
2.5	AVALIAÇÃO DAS BIBLIOTECAS PELO MEC	35
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	43
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	43
3.2	UNIVERSO DA PESQUISA	44
3.3	INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS	44
4	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS	46
4.1	FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	46
4.2	PARTICIPAÇÃO EM AVALIAÇÃO DO SINAES	48
4.3	AVALIAÇÃO DOS CRITÉRIOS USADOS PELO MEC	49
4.4	INDICADORES RELACIONADOS À INFRAESTRUTURA	50
4.5	INDICADORES RELACIONADOS AOS SERVIÇOS	51
4.6	PLANO DE ATUALIZAÇÃO DO ACERVO	53
4.7	BIBLIOGRAFIAS DOS CURSOS	55
4.8	PERFIL DOS AVALIADORES	57
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
	REFERÊNCIAS	65
	APÊNDICE A	69

1 INTRODUÇÃO

A educação no Brasil teve um desenvolvimento tardio e ainda hoje precisa superar deficiências no seu sistema educacional para alcançar uma educação de qualidade acessível a todos. Isso se deu pela falta de investimentos e políticas públicas que expandissem a educação no país, por isso ainda hoje parte da população segue sem ter acesso às escolas e aqueles que possuem acesso, por vezes não concluem seus estudos ou não obtêm um bom desempenho escolar devido ao ensino de baixa qualidade.

Foi somente com a Constituição Federal de 1934, que a educação passou a ser considerada um direito de toda a população, sendo dever da família e dos poderes públicos ministrá-la (BRASIL, 1934). Na Constituição atual este direito se mantém e visa “ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” e possui como alguns de seus princípios a igualdade de condições de acesso e permanência nas instituições de ensino e a garantia do padrão de qualidade da educação (BRASIL, 1988).

Ao verificar índices do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) verifica-se um declínio no percentual de analfabetismo, dentre os anos 1992 a 2011, porém ainda alto para um país que pretende há anos erradicar este problema. Em 1992, 17,2% da população de 15 anos ou mais do país era analfabeta, em 2011 esse número caiu para 8,6% da população brasileira desta faixa de idade (IBGE, 2011). Este índice é apenas um indicativo dos inúmeros desafios da educação no país, apesar de ser um direito que a Constituição prevê.

O atual sistema educacional brasileiro, alicerçado pela Lei 9.394 de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação no Brasil (LDB), é dividido entre educação básica e educação superior e possui como objetivo preparar o estudante para a condição de cidadão e capacitá-lo para o mercado de trabalho.

O crescimento da educação superior no Brasil é visível em vários relatórios e estudos feitos na última década como, por exemplo, em indicadores fornecidos pelo Painel MEC do Ministério da Educação (MEC), que apresentam números de alunos que ingressaram e concluíram a universidade.

Pode-se perceber nos dados de ingressantes e concluintes das universidades conforme relatório do Painel MEC onde, em 2003, 3.989.366 estudantes se matricularam em instituições de ensino superior (IES) e em 2011 esse número cresceu para 6.765.540 alunos, mostrando um aumento de quase 70%. Dentre estas matrículas, 544.251 e 928.847 foram do

ensino superior federal, em 2003 e 2011 respectivamente. Em 2003 os concluintes do ensino superior somavam o número de 554.230 e em 2011 foram 1.022.711 (BRASIL, 2013).

Entretanto, além do crescimento quantitativo, é necessário estar atento à qualidade da educação oferecida. De acordo com Davok (2007 apud SCREMIM; AIMI, 2008, p. 93) a educação de qualidade

[...] vai desde aquela que possibilita o domínio eficaz dos conteúdos, ou aquela que possibilita a aquisição de uma cultura científica ou literária, até aquela que desenvolve a capacidade de servir ao sistema produtivo ou ainda aquela que promove o espírito crítico e fortalece o compromisso para transformar a realidade social.

Uma forma de mensurar a qualidade da educação é avaliá-la. Lancaster (1996) reúne algumas definições de avaliação. A primeira definição diz que avaliação é um método capaz de determinar a qualidade do desempenho de um programa; outra afirma que a avaliação é fundamental no processo decisório, pois recolhe dados necessários para formular estratégias que auxiliariam no alcance dos resultados almejados; enquanto outros veem a avaliação como componente essencial da administração, pois seus resultados ajudariam a melhor alocar os recursos de uma organização.

Com isso, comprava-se que a qualidade – não só da educação, como de qualquer serviço, programa ou instituição – está associada à avaliação. Para alcançar a qualidade da educação é necessário avaliar a mesma, para encontrar parâmetros de qualidade e subsidiar políticas públicas de melhorias.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

Desde 2004, a educação superior no Brasil é avaliada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que analisa as instituições, os cursos oferecidos e o desempenho de seu corpo discente. É a partir do resultado desta avaliação que é possível para a instituição de ensino melhorar sua política de administração, que os estudantes e a sociedade em geral tenham conhecimento da situação dos cursos e das instituições e que essas informações obtidas possam servir de embasamento para novas políticas públicas.

Os aspectos avaliados pelo SINAES são o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente e suas instalações (BRASIL, 2011). Para isso possui como instrumentos avaliativos a autoavaliação, a avaliação externa, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

(ENADE), a avaliação dos cursos de graduação e instrumentos de informação, como o censo e o cadastro.

Um dos critérios a ser avaliado pelo SINAES é a instalação e recursos da biblioteca da instituição de ensino superior em que são verificados aspectos como o material bibliográfico básico e complementar dos cursos, recursos informacionais, pessoal de trabalho, recursos financeiros, instalações físicas etc. Foi com base neste critério que esta pesquisa foi desenvolvida.

1.2 JUSTIFICATIVA

Desde a instauração do SINAES, a partir da Lei 10.861 promulgada em 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e dá outras providências, discute-se sobre seus componentes e eventuais falhas no sistema de avaliação. Porém, ainda é pouco discutida a análise do SINAES sobre as bibliotecas universitárias das instituições, com foco nos critérios pelos quais são avaliadas.

O presente trabalho pretende verificar a visão de bibliotecários de bibliotecas universitárias públicas federais sobre o SINAES no que concerne a avaliação da biblioteca universitária.

Esta pesquisa se torna relevante para a área, pois apresenta como a biblioteca universitária é avaliada atualmente pelo Ministério da Educação e também o ponto de vista que o profissional da Biblioteconomia tem sobre a avaliação, os critérios de avaliação e dos avaliadores. Supõe-se que os bibliotecários, ao saber por quais critérios suas bibliotecas serão avaliadas, poderão melhor se preparar para este momento e adequar as bibliotecas visando à qualidade do acervo, serviços e infraestrutura.

Acredita-se que com esta pesquisa seja possível responder questões levantadas, tanto no problema de pesquisa deste trabalho como de outros pesquisadores, como Dziekaniak (2006) e Oliveira (2010) sobre a eficácia da avaliação da perspectiva biblioteconômica.

A avaliação apresenta subsídios para a tomada de decisão numa biblioteca já que ela apresenta dados que traduzem a atual gestão e identificam eventuais falhas na biblioteca, além de apresentar parâmetros de qualidade em atividades e serviços da mesma. Desta forma, uma pesquisa que trata da avaliação das bibliotecas universitárias trará muitos benefícios para o planejamento e gestão destas bibliotecas.

A motivação da pesquisadora se deu enquanto estudante de graduação de uma universidade pública federal desde o ano de 2010. Durante este período de 2010 a 2014,

alguns materiais bibliográficos não possuíam exemplares suficientes para atender todos os usuários, e também a ausência ou atraso na implantação de atividades simples, como renovação de empréstimo via internet, facilidade implantada recentemente na biblioteca. Estes exemplos de dificuldades encontradas pela pesquisadora e também por colegas de graduação suscitaram a questão: quem regula e supervisiona os serviços e produtos de uma biblioteca universitária pública?

Pretende-se que o resultado deste trabalho apresente subsídios para que bibliotecários tenham um olhar crítico sobre a avaliação universitária no que diz respeito às bibliotecas, analisando se a atual avaliação considera todos os aspectos do organismo biblioteca. Podendo assim incitar mais estudos sobre o assunto e propostas de melhorias da atual avaliação, como a iniciativa de criação de parâmetros próprios de avaliação.

1.3 PROBLEMA DE PESQUISA

Os avaliadores das bibliotecas universitárias para autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação de uma instituição de ensino superior são profissionais das áreas dos cursos em avaliação, como expõe o INEP “[...] respeitando a respectiva formação acadêmica e a experiência profissional compatível com os cursos a serem avaliados pelo INEP” (BRASIL, 2011). Estes profissionais são capazes de avaliar um meio - a biblioteca - do qual não fazem parte e não possuem conhecimentos? Os critérios de avaliação atendem ao que poderia ser considerado em uma biblioteca universitária de qualidade? Qual a visão do bibliotecário sobre os critérios da avaliação das bibliotecas universitárias do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior? Quais as implicações dessa avaliação para as bibliotecas universitárias? São estas as questões que se pretende elucidar no decorrer da pesquisa.

1.4 OBJETIVOS

Para responder às questões acima, elencou-se como objetivo geral dessa pesquisa:

Analisar qual a percepção dos bibliotecários que atuam em bibliotecas de universidades públicas federais da cidade do Rio de Janeiro sobre a avaliação do MEC.

Para alcançar o principal objetivo deste trabalho o dividiu-se em três objetivos específicos. São eles:

- a) Apresentar o SINAES, seus componentes de avaliação e as instituições responsáveis por sua coordenação e execução;
- b) Identificar os problemas encontrados pelos bibliotecários nas avaliações e nos critérios estabelecidos pelo MEC;
- c) Identificar a opinião dos bibliotecários em relação ao perfil dos avaliadores e as implicações disso para avaliação das bibliotecas universitárias.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

A seguir, encontra-se a fundamentação teórica usada para subsidiar esta pesquisa, apontando a estrutura do sistema de ensino brasileiro, um retrospecto da avaliação do ensino até o programa SINAES e uma apresentação mais detalhada da avaliação das bibliotecas universitárias pelo SINAES, de acordo com Andriola e Bezerra (2010), Baptista, Rueda e Santos (2008), Barcelos e Gomes (2014), Bese (2007), Dias e Guerra (2013), Dziekaniak (2006), Gatti (2002), Lancaster (1996), Lubisco e Vieira (2008), Morosini (2014), Oliveira (2002), Oliveira (2010), Sander (2009), Saviani (2008), Schwartzman (2005), Scremin e Aimi (2008), Silva (2010), Soares (2008), Tavares et al. (2014) e Verhine e Dantas (2005). No capítulo 3 estão expostos os procedimentos metodológicos para execução da pesquisa, tais como a caracterização da pesquisa, universo da pesquisa e instrumento de coleta de dados. No capítulo 4 apresentam-se os resultados que são analisados de acordo com a fundamentação teórica. Por fim, no capítulo 5 discorre-se sobre as considerações finais desta pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para adentrar no assunto proposto pela pesquisa, inicialmente foi necessário abordar os conceitos educacionais do Brasil. A seguir encontram-se a estrutura do sistema educacional brasileiro, suas propostas e objetivos; um perfil histórico da avaliação educacional até a instauração do SINAES, as características e finalidades do sistema de avaliação atual e a avaliação da biblioteca universitária a partir dos critérios definidos pelo MEC.

2.1 SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

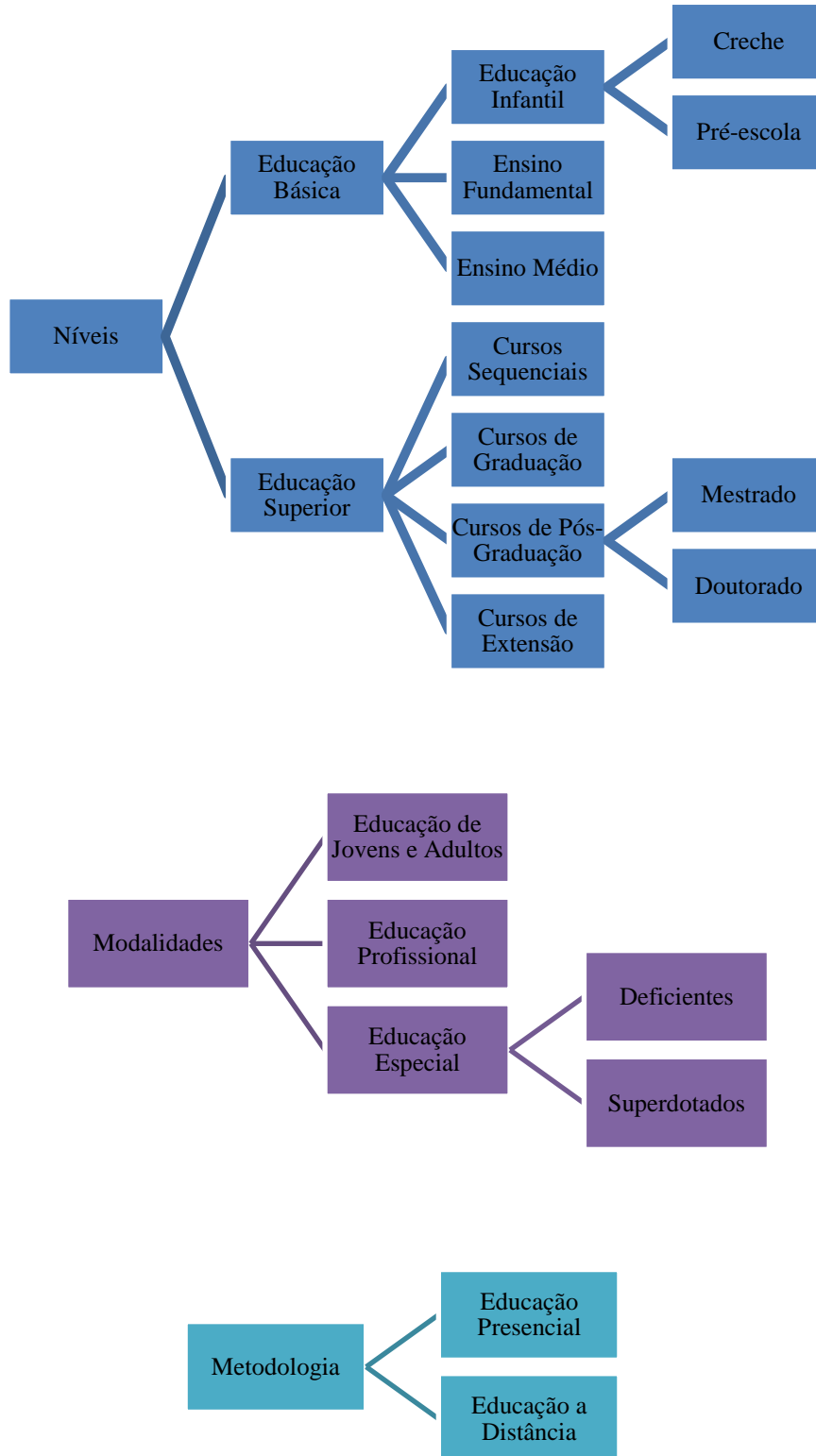
Para tratar do sistema educacional brasileiro, a princípio será abordada a Lei 9.394 de 1996, de Diretrizes e Bases da Educação, em seguida autores que tratam da educação no Brasil serão discutidos, tais como Sander (2009), Saviani (2008) e Schwartzman (2005).

A Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação no Brasil e define educação como “[...] dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1996).

A educação brasileira se divide em educação básica e educação superior. A educação básica é obrigatória dos quatro aos dezessete anos de idade do educando e é dividida entre educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Existem também modalidades de ensino correspondentes ao ensino fundamental e médio: a educação técnica do ensino médio, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a educação especial, para indivíduos com algum tipo de deficiência ou superdotação (BRASIL, 1996).

A educação básica tem como finalidades desenvolver o educando, garantir a formação comum necessária para o exercício da cidadania e fornecer meios para que o educando possa progredir no seu trabalho e estudos posteriores.

Figura 1 - Estrutura do Sistema Educacional Brasileiro



Fonte: Associação Brasileira de Educação (2013).

Visto como a LDB estabelece a educação e sua estruturação, será considerado o que pesquisadores da área de educação têm a dizer do atual sistema educacional. Sander (2009) fala das concepções e contradições da gestão da educação no Brasil e a caracteriza como arena de disputas entre atores com diferentes opções político-pedagógicas. Cita o período das décadas de 1960 e 1970, com o governo militar, em que a educação tinha uma gestão de caráter técnico-racional focada na economia, produtividade e eficiência. “Ordem, disciplina, controle centralizado e uniformização de princípios e práticas eram requisitos formais das escolas e dos sistemas de ensino [...]” (SANDER, 2009, p. 71). Essa arena de disputas caracterizou as mudanças ocorridas na história da gestão da educação brasileira.

A partir das décadas de 1970, 1980 e 1990 ocorre debate entre as diferentes vertentes que trabalhavam educação, onde teóricos de vanguarda assumem compromisso “[...] com a promoção da qualidade da educação como fator fundamental de qualidade da vida humana coletiva [...]” (SANDER, 2009, p. 72). Com a efervescência política no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980, com os movimentos de democratização, Diretas Já e a Constituição de 1988, a educação também passou por uma reforma que culminou na LDB, de 1996, e na aprovação do Plano Nacional da Educação em 2001.

Sander (2009) conclui que existe um desafio em traduzir o discurso político dos direitos humanos e da cidadania na educação e na sociedade, garantidos pela Constituição de 1988, em práticas democráticas nas instituições, incluídas as de ensino.

Paralelamente, Saviani (2008) discute o sistema nacional de educação no Brasil e os programas de educação estabelecidos na história do país até culminar no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), programa de metas da educação. Faz breve histórico do tratamento despendido à educação, desde os jesuítas aos dias atuais, demonstrando o tardio desenvolvimento da educação no Brasil e a falta de investimentos financeiros.

Ressalta o caráter descontínuo do sistema de educação, com propostas de reformas que contradizem suas antecessoras e serão contestadas por suas sucessoras. Essa descontinuidade das políticas públicas em educação de acordo com a mudança de governo condiz com a arena de disputas de ordem política e pedagógica da qual Sander (2009) também trata em seus estudos.

A marca da descontinuidade na política de educação atual se faz presente na meta, sempre adiada, de eliminação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental. O Brasil chegou ao final do século XX sem resolver um problema que os principais países, inclusive nossos vizinhos Argentina, Chile e Uruguai, resolveram na virada do século XIX para o XX: a universalização

do ensino fundamental, com a conseqüente erradicação do analfabetismo (SAVIANI, 2008, p. 222).

Saviani (2008) critica o PDE e seus aparentes problemas, até mesmo antes de sua instauração, e o enfoque dado à educação básica deixando de fora uma parte do sistema, o ensino superior. Finaliza com a necessidade de transpor os desafios de ordem financeira, política e ideológica para o alcance da implantação de um sistema nacional de educação do país.

Schwartzman (2005) expõe as origens do ensino brasileiro e suas principais características, apontando a qualidade do ensino e a reprovação dos estudantes como os maiores problemas da educação. A partir de dados e gráficos demonstra a situação da educação no Brasil considerando o ensino técnico e o superior, a raça e situação econômica dos alunos, afirmando que “[...] as escolas públicas nas regiões, cidades e bairros mais pobres costumam ser de pior qualidade e o rendimento escolar depende bastante do padrão econômico, social e cultural da família” (SCHWARTZMAN, 2005, p. 15). Ressalta também a trajetória de formação do magistério e as políticas públicas em educação.

O autor parte da hipótese de que a educação no Brasil se desenvolveu mais lentamente que em outros países, pois

[...] a sociedade brasileira não tinha elementos que levassem a população a organizar e desenvolver suas próprias instituições de ensino, e o Estado brasileiro, tanto no nível nacional quanto no regional, não tinha os recursos financeiros e humanos, tampouco a motivação, para trazer a população para um sistema educacional centralizado e vertical. Mais especificamente, faltavam dois elos cruciais entre essas duas esferas: uma sólida estruturação e organização do magistério para o ensino básico e uma profissionalização para o ensino superior, o que poderia divulgar, implementar e incentivar os valores da educação. (SCHWARTZMAN, 2005, p. 27)

Schwartzman (2005) conclui apresentando como solução a melhoria da qualidade do ensino público e a recuperação de jovens e adultos que deixaram a escola ou atrasaram sua formação, para isso seria necessário concentrar recursos no ensino fundamental, diminuindo recursos investidos em outras partes da educação básica. Encontra-se aí uma contradição em relação aos investimentos necessários na educação, enquanto Saviani (2008) acredita que devam acontecer maiores investimentos na educação superior, Schwartzman (2005) crê que a educação básica deve ser mais visada.

Independente das contradições em onde devem ser investidos mais recursos, é de senso comum que a educação se desenvolveu de maneira lenta e tardia e precisa passar por uma transformação. As propostas aqui apresentadas convergem na teoria de que devem-se alinhar os conceitos técnicos de administração, para uma gestão eficiente, com os conceitos

sociais humanistas, que garantam uma educação voltada para o exercício da cidadania e das mudanças sociais.

2.2 EDUCAÇÃO SUPERIOR

Como mencionado na introdução, a educação no Brasil teve seu desenvolvimento lento pela falta de investimentos financeiros e a descontinuidades de diversas políticas públicas de acordo com as mudanças de governo, conforme os autores supracitados Saviani (2008) e Schwartzman (2005). O mesmo ocorreu com o ensino superior, pois a primeira universidade brasileira foi fundada somente em 1920, a Universidade do Rio de Janeiro, porém, era resultado da reunião de faculdades que já existiam, mantendo o perfil profissionalizante dos cursos e a autonomia das faculdades (SOARES, 2002).

No ano de 1931 foi aprovado o Estatuto das Universidades Brasileiras, que prevaleceu até 1961. O Estatuto dizia que

[...] a universidade poderia ser oficial, ou seja, pública (federal, estadual ou municipal) ou livre, isto é, particular; deveria, também incluir três dos seguintes cursos: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciência e Letras. Essas faculdades seriam ligadas, por meio de uma reitoria, por vínculos administrativos, mantendo, no entanto, a sua autonomia jurídica (SOARES, 2002, p. 27).

A Universidade de São Paulo, criada em 1934, a partir da união de faculdades independentes, iniciou a educação superior voltada para a pesquisa no Brasil. No período de 1945 a 1964, muitas universidades foram federalizadas.

Somente em 1968 a Lei da Reforma Universitária foi aprovada, estabelecendo as IES como se conhece hoje, criando

[...] os departamentos, o sistema de créditos, o vestibular classificatório, os cursos de curta duração, o ciclo básico, dentre outras inovações. A partir daí, os departamentos substituíram as antigas cátedras, passando, as respectivas chefias a ter caráter rotativo [...]. Ao estabelecer a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, o regime de tempo integral e a dedicação exclusiva dos professores, valorizando sua titulação e a produção científica, essa Reforma possibilitaria a profissionalização dos docentes e criou as condições propícias para o desenvolvimento tanto da pós-graduação como das atividades científicas no país. (SOARES, 2002, p. 33).

De acordo com o artigo 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a educação superior tem as seguintes finalidades:

I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

- II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (BRASIL, 1996).

Fazem parte da educação superior no Brasil os seguintes cursos e programas: cursos sequenciais por campo de saber e graduação, para aqueles que tenham concluído etapa anterior da educação, o ensino médio ou modalidade equivalente, e tenha passado por processo seletivo; pós-graduação, como mestrado, doutorado, especialização etc, para aqueles que possuam diploma de graduação e se adequem as exigências das instituições de ensino; e programas de extensão propostos pelas IES (BRASIL, 1996).

Morosini (2014) discute a educação superior no Brasil e a qualidade da educação a partir de novas concepções, que convergem diretamente com concepções de tendências históricas, apresentando duas visões antagônicas da educação superior, a weberiana e a neoliberal.

A educação superior tradicional aos moldes weberianos vê a universidade como espaço que promove o bem social. Para Morosini (2014, p. 386) “[...] a ciência e a tecnologia estão orientadas para o desenvolvimento científico, para a promoção da cultura e do serviço à comunidade e onde a gestão institucional prioriza ao acadêmico sem controle de produção”. A mesma autora explica ainda que “A universidade representa um espaço de geração do conhecimento para a sociedade e a reprodução de esquemas culturais da nação” (MOROSINI, 2014, p. 386). Enquanto o modelo neoliberal crê que a universidade é um

[...] espaço de realização pessoal, satisfazendo os perfis do mercado de trabalho, centrada na transferência de tecnologia demandada pelo setor produtivo e pela prestação de serviços ao setor estatal e com uma gestão priorizando a eficiência e o autofinanciamento. Há o privilégio da rentabilidade privada e da satisfação da demanda privada por educação (MOROSINI, 2014, p. 387).

Gumport (2007 apud MOROSINI, 2014, p. 387) afirma que estas visões são dois extremos de uma curva que possui diversas possibilidades de hibridismo.

Como concepções emergentes em educação superior, apresenta três tipos vigentes: a qualidade isomórfica, a qualidade da especificidade e a qualidade da equidade. A qualidade isomórfica é a que possui mais força atualmente, “[...] tem por suporte um processo de internacionalização voltado à transnacionalização e a educação como mercadoria [...] dá prioridades a projetos e programas que podem trazer desenvolvimento e inovação [...]” (MOROSINI, 2014, p. 390).

A qualidade da especificidade vem perdendo força e propõe a ideia de que não há padrão de qualidade internacional da educação superior e sim que cada país possui especificidades distintas e que por isso deve ter um padrão de qualidade específico. A qualidade da equidade defende o tratamento diferenciado para aqueles que dele necessitam, o que melhor retrataria a educação em países com muita desigualdade social, oferecendo aos estudantes resultados igualitários ao concluírem determinados níveis através de tratamentos diferenciados no decorrer da formação daqueles que precisam.

O que se percebe nesse discurso é que a educação superior teria mais qualidade ao unir ideias em que a educação é um bem social aos conceitos do neoliberalismo em que a educação seria uma mercadoria, como dito em seção anterior.

Após tentativas de implantação e reforma das universidades, o que estabelece a educação superior no Brasil atualmente é a LDB de 1996, onde também aborda-se a avaliação conforme será tratado a seguir.

2.3 AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

Nesta seção aborda-se a avaliação educacional a partir de alguns autores, como Barcelos e Gomes (2004), Bese (2007), Gatti (2002), Scremin e Aimi (2008), Silva (2010), Tavares et al. (2014) e Verhine e Dantas (2005), destacando as diferentes abordagens de avaliação da Educação Superior.

A Educação Superior tem um compromisso com o desenvolvimento social e econômico de um país, para isso ela deve oferecer uma educação de qualidade. Para o SINAES a qualidade está diretamente ligada à avaliação “como um processo de melhoria da qualidade elevando a eficácia institucional, e conscientizando os atores envolvidos no cenário educacional a fim de efetivar a cultura acadêmica e a relevância social no processo de formação profissional” (SCREMIN; AIMI, 2008, p. 100).

Para garantir a qualidade da Educação Superior, o Ministério da Educação baseia suas ações através de três funções: a avaliação, regulação e supervisão, tanto da IES quanto de seus cursos. Este tripé de qualidade somente funciona a partir da avaliação, pois é a partir dos resultados da avaliação de uma IES e de seus cursos que é capaz de encontrar um referencial para a supervisão e regulação (BRASIL, 2013).

Porém, o SINAES não foi a primeira tentativa de mensurar a qualidade e apoiar políticas de melhoria do ensino superior. De início a avaliação educacional pelo MEC era voltada para as instituições que possuísem programas de pesquisas ou de pós-graduação, o que não contemplava todas as instituições de ensino superior conforme explicam Barcelos e Gomes (2004, p. 1).

Gatti (2002) discute os processos desenvolvidos na avaliação da educação básica e superior no Brasil a partir da década de 1960. Fala que o processo avaliativo inicialmente se deu na ideia de superação de obstáculos rigorosos e altos padrões de qualidade, fazendo assim com que várias pessoas permanecessem fora das escolas ou que não concluíssem seus estudos. A educação não era acessível à todos e não havia programas de democratização da mesma. “Como nossas escolas emergiam sob a égide da preparação de elites, a avaliação seletiva no cotidiano escolar firmou-se, por centenas de anos, como cultura preponderante” (GATTI, 2002, p. 17). Formou-se por isso um senso comum de que a avaliação educacional era medir o conhecimento dos alunos.

Foi a partir de década de 1960 que surge uma preocupação específica acerca dos processos avaliativos “[...] baseados em critérios mais claramente enunciados e em instrumentos que poderiam garantir, até certo ponto, seu nível de realização pelo uso das técnicas chamadas de ‘objetivas’” (GATTI, 2002, p. 20). Estas técnicas objetivas seriam testes para a avaliação do domínio de conhecimentos, que seriam aplicados até mesmo em livros didáticos, de maneira banalizada e sem muita competência, o que caracteriza, neste processo, a expansão do uso de instrumentos de avaliação sem formação de competências para a criação e validação destes instrumentos.

Nas décadas subsequentes ocorreram estudos mais aprofundados sobre a temática da avaliação educacional, que seriam a base para a criação do atual Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). O SAEB, de acordo com o INEP (BRASIL, 2011), tem como objetivo avaliar a educação básica e contribuir para a melhoria da qualidade e a universalização do acesso, oferecendo subsídios para as políticas públicas voltadas para a educação básica. O mesmo princípio que se aplica ao SINAES, como vê-se mais profundamente na seção de 2.4 deste trabalho.

A partir da década de 1980 surgiram debates sobre avaliação institucional por iniciativa de um grupo de docentes coordenado pela Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES). Como resultado, em 1983, nasce o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), primeira iniciativa de avaliação de ensino superior no Brasil. A avaliação do PARU consistia em questionários aplicados aos quadros docente, discente e técnico das universidades, procurando discutir a gestão, produção e disseminação do conhecimento (BESE, 2007, p. 1).

Outras iniciativas também criaram estratégias que auxiliariam no processo avaliativo das IES, como o Grupo Executivo para Reformulação da Educação Superior (GERES), em 1986, e o projeto da Universidade de Brasília, denominado Proposta de Avaliação do Ensino Superior.

Nos anos de 1993 e 1994, surge o Programa Nacional de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). Esse sistema de avaliação era voluntário, com foco na autoavaliação das instituições que optavam por participar. Após a etapa de autoavaliação, eram obtidas as informações necessárias para a avaliação externa e uma possível reavaliação, já que se pretendia uma continuidade do programa (BESE, 2007, p. 1). Porém o PAIUB perdeu o apoio do MEC e se transformou num processo interno das universidades. (SILVA, 2010, p. 14).

Em 1995, o Exame Nacional de Cursos (ENC), também conhecido como “Provão”, é implementado, com o objetivo de “medir as aprendizagens dos graduandos do último ano, para então avaliar externamente o curso, reordenando assim o modelo brasileiro de avaliação institucional” (BESE, 2007, p. 1).

Verhine e Dantas (2005, p. 7) explicam que de início o Provão foi amplamente criticado pela comunidade acadêmica, pois temia-se uma unificação dos currículos dos cursos acabando com a diversificação do ensino superior, sendo por vezes até boicotado, pois somente era necessária a presença dos alunos para a realização da avaliação, por isso muitos entregavam suas provas em branco.

Bese (2007) aponta que esta avaliação não era completa, pois desconsiderava fatores determinantes do desempenho discente e o contexto local e institucional dos cursos, apesar do reconhecimento dado pela sociedade como um sistema de classificação das IES. Um destaque do ENC era o questionário socioeconômico e cultural aplicado aos alunos.

O Ministério da Educação, em 2003, regulamenta a Comissão Especial de Avaliação (CEA) com o objetivo de “oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para reformulação dos processos e políticas da educação superior e elaborar a

revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados” (BESE, 2007, p. 2). Com a criação do CEA se principia o sistema de avaliação SINAES.

Tavares et al. (2014) buscam analisar os processos de avaliação e de expansão da educação superior após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996. Apontam dois enfoques possíveis para a avaliação da educação. Uma, voltada para a análise quantitativa, busca mensurar desempenho e resultados, criando grupos de excelência. Outra, de caráter qualitativo, procura qualificar as instituições de educação. Estas abordagens são chamadas de classificatória ou regulatória e formativa ou emancipatória, respectivamente (PERRENOUD, 1999; HADJI, 2001 apud TAVARES ET AL., 2014).

A avaliação pode ter como funções a regulação, o controle, a formação e o autoconhecimento. Quanto à expansão da Educação Superior, fator que a LDB e o SINAES tenta promover, perceberam que houve momentos de maior e menor crescimento da oferta da Educação Superior, mas foi predominante no setor privado.

Criticam a opção das IES em não receberem a visita *in loco*, caso obtenham grau 3 a 5 na avaliação, fazendo com que não haja avaliação externa para renovação de credenciamento e para reconhecimento de cursos. Tal conduta vai contra o ato de supervisionar do SINAES, fazendo com que seja somente um sistema regulatório, em certas ocasiões. Como consequência, Tavares et al. (2014, p. 101) afirmam que “[...] o desempenho do estudante, aferido pelo ENADE, esteja sendo o principal instrumento de avaliação da Educação Superior no país – tal como no período anterior ao SINAES”.

Consideram, por fim, que o SINAES foi uma tentativa de mudança na política de avaliação, que seria mais que medidas de regulação, porém isto não aconteceu. A educação superior se expandiu, principalmente na esfera privada, mas que não esta associada à avaliação. O SINAES se tornou muito semelhante ao ENC, ao valorizar a etapa do ENADE. A seguir aborda-se o sistema SINAES e seus componentes de avaliação.

2.4 SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A partir da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, foi instaurado o Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior com o objetivo de assegurar o processo de avaliação das instituições de ensino superior, dos seus cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus alunos. O SINAES é coordenado e supervisionado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), comissão de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Suas finalidades são:

[...] a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (BRASIL, 2004).

Através da avaliação do SINAES que se dá o processo de regulação e supervisão da educação superior. Seus resultados tornam-se referência para o credenciamento, sua renovação e eventual descredenciamento das instituições de educação superior e de seus cursos de graduação. É dever do SINAES assegurar:

- I – avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos;
- II – o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;
- III – o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos;
- IV – a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações (BRASIL, 2004).

De acordo com o MEC, o SINAES usa alguns instrumentos para avaliação institucional:

- Autoavaliação – conduzida pela Comissão Própria de Avaliação onde cada instituição realizará uma autoavaliação, que será o primeiro instrumento a ser incorporado ao conjunto de instrumentos constitutivos do processo global de regulação e avaliação. A autoavaliação articula um autoestudo segundo o roteiro geral proposto em nível nacional, acrescido de indicadores específicos, projeto pedagógico, institucional, cadastro e censo.
O relatório da autoavaliação deve conter todas as informações e demais elementos avaliativos constantes do roteiro comum de base nacional, análises qualitativas e ações de caráter administrativo, político, pedagógico e técnico-científico que a IES pretende empreender em decorrência do processo de autoavaliação, identificação dos meios e recursos necessários para a realização de melhorias, assim como uma avaliação dos acertos e equívocos do próprio processo de avaliação.
- Avaliação externa - Essa avaliação é feita por membros externos, pertencentes à comunidade acadêmica e científica, reconhecidos pelas suas capacidades em suas áreas e portadores de ampla compreensão das instituições universitárias.
- Censo - O Censo é um instrumento independente que carrega um grande potencial informativo, podendo trazer importantes elementos de reflexão para a comunidade acadêmica, o Estado e a população em geral. Por isso, é desejável que os instrumentos de coleta de informações censitárias integrem também os processos de avaliação institucional, oferecendo elementos úteis à compreensão da instituição e do sistema. Os dados do Censo também farão parte do conjunto de análises e estudos da avaliação institucional interna e externa, contribuindo para a construção de dossiês

institucionais e de cursos a serem publicados no Cadastro das Instituições de Educação Superior.

- Cadastro - De acordo com as orientações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e da CONAES, também serão levantadas e disponibilizadas para acesso público as informações do Cadastro das IES e seus respectivos cursos. Essas informações, que também serão matéria de análise por parte das comissões de avaliação, nos processos internos e externos de avaliação institucional, formarão a base para a orientação permanente de pais, alunos e da sociedade em geral sobre o desempenho de cursos e instituições (BRASIL, 2013).

A avaliação é dividida entre autoavaliação e uma avaliação externa feita no local da instituição. A autoavaliação é coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), instituída nas IES para conduzir os processos da avaliação interna, sistematização e coleta de dados. Para a avaliação *in loco*, são realizadas visitas por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento. Seu resultado é mensurado a partir de cinco conceitos, a cada uma das dimensões avaliadas e ao somatório das mesmas (BRASIL, 2011).

A avaliação institucional era feita a partir de dez dimensões, descritas a seguir, cada qual com um peso diferente. Os indicadores são as condições necessárias para que a instituição tenha acesso ou permaneça no sistema de ensino superior. Os critérios de avaliação são padrões para juízos de comparação, julgamento ou apreciação de um indicador. Com notas de um a cinco para cada indicador, é exigido no mínimo o conceito três para aprovação na avaliação (OLIVEIRA, 2010, p. 99). O INEP expõe as dez dimensões, que são:

Avaliação Institucional interna e externa:

1. Missão e [Plano de Desenvolvimento Institucional] PDI
2. Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão
3. Responsabilidade social da IES
4. Comunicação com a sociedade
5. As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e técnico-administrativo
6. Organização de gestão da IES
7. Infraestrutura física
8. Planejamento de avaliação
9. Políticas de atendimento aos estudantes
10. Sustentabilidade financeira (BRASIL, 2011).

A biblioteca universitária está inserida na dimensão de número 7, Infraestrutura física, que analisa a infraestrutura voltada para o ensino e a pesquisa, a biblioteca e os recursos de informação e comunicação.

Em recente atualização, feita em agosto de 2014, o MEC elaborou novo instrumento de credenciamento e credenciamento de instituição de ensino superior, que agora conta com cinco eixos que correspondem às dez dimensões expostas anteriormente.

No novo documento de credenciamento e credenciamento das IES, a biblioteca continua inserida na dimensão da infraestrutura física, que agora é o eixo de número 5, que verifica as instalações administrativas, as salas de aula, os auditórios, as salas dos professores, os espaços destinados ao atendimento de alunos e para as CPAs, os gabinetes para professores que trabalham em tempo integral, as instalações sanitárias, a biblioteca, sala de apoio de informática, recursos de tecnologias de informação e comunicação, laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas, espaços de convivência e de alimentação.

Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional: considera a dimensão 8 (Planejamento e Avaliação) do Sinaes. Inclui também um Relato Institucional que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao PDI, incluindo os relatórios elaborados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do período que constituiu o objeto de avaliação.

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional: contempla as dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do Sinaes.

Eixo 3 – Políticas Acadêmicas: abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do Sinaes.

Eixo 4 – Políticas de Gestão: compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do Sinaes.

Eixo 5 – Infraestrutura Física: corresponde à dimensão 7 (Infraestrutura Física) do Sinaes (BRASIL, 2014).

Na avaliação dos cursos são utilizadas três categorias, expostas abaixo. Como na avaliação das instituições, os indicadores são os aspectos avaliados e os critérios são os padrões definidos para avaliação (OLIVEIRA, 2010, p. 103).

Avaliação dos cursos:

1. Organização Didático-Pedagógica
2. Perfil do Corpo Docente
3. Instalações físicas (BRASIL, 2011).

Para a avaliação do desempenho dos discentes das instituições é realizada uma prova, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), aplicada ao fim do primeiro e do último ano de cada curso. Seu desempenho é avaliado em relação aos conteúdos programáticos das diretrizes curriculares dos cursos de graduação, às habilidades de adaptação às exigências derivadas da evolução do conhecimento e também em relação às capacidades de compreensão de temas fora do âmbito específico de graduação, como a realidade brasileira e mundial e outras áreas de conhecimento.

O primeiro ciclo de avaliação do SINAES teve início em 2007, a partir de indicadores complementares entre si. Além do ENADE, outros indicadores são:

- Conceito Preliminar de Curso (CPC): composto pela nota do Enade, pelo Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD), pela titulação dos professores, o percentual de docentes em regime parcial e integral, os recursos didático-pedagógicos, infraestrutura e instalações físicas. Seus conceitos vão de 1 a 5. Obtendo o conceito 1 ou 2, os cursos receberão visitas para verificação das condições de ensino. Obtendo conceito 3 ou superior a avaliação *in loco* se torna optativa. O CPC é divulgado a cada três anos para cada grupo de curso juntamente com o resultado do Enade.
- Índice Geral de Cursos (IGC): indicador geral da instituição para todos os cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado). Para os cursos de graduação é usada a nota do CPC e para a pós-graduação é utilizado a nota da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O IGC é divulgado anualmente após os resultados do Enade e seu conceito também vai de 1 a 5. Instituições que obtiverem conceito menor que 3 podem ter seus processos de abertura de cursos indeferidos pelo MEC, em contrapartida instituições bem avaliadas ficam dispensadas da autorização do MEC para abertura de cursos.
- Índice de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD): indicador de diferença entre o desempenho médio do aluno concluinte e o desempenho médio esperado para os concluintes do curso. Com nota de 1 a 5.
- Conceito Institucional e Avaliação Institucional: o Conceito Institucional é atribuído após uma avaliação *in loco* a cada ciclo avaliativo, orientados pelos IGCs e pelos elementos da visita. A Avaliação Institucional é composta pela autoavaliação, realizada pela comissão própria da instituição, e pela avaliação interna do INEP (BRASIL, 2013).

A responsabilidade pela regulação do ensino superior federal é do MEC, que regula tanto as IES federais quanto as privadas. A Secretaria de Regulação e Supervisão do Ensino Superior (SERES) absorveu competências antes pertencentes às secretarias de Educação Superior (SESU), Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e da extinta Secretaria de Educação a Distância (SEED), e hoje é a secretaria responsável pela regulação e supervisão das instituições de ensino superior. A regulação das instituições estaduais e municipais é de competência dos sistemas estaduais de ensino.

Para regulação das IES e de seus cursos são utilizados os seguintes atos autorizativos:

- Credenciamento da instituição: instituições privadas de ensino superior devem solicitar o credenciamento ao MEC para começar suas atividades. A análise documental e a visitação a IES fazem parte do processo de credenciamento.
- Recredenciamento da instituição: as IES privadas e federais devem solicitar ao MEC o recredenciamento da instituição ao fim de cada ciclo avaliativo do SINAES. O processo de recredenciamento considera a avaliação documental e os indicadores de qualidade resultante do SINAES. Caso a instituição tenha resultado insatisfatório o MEC poderá supervisioná-la, tendo o seu pedido de recredenciamento suspenso.
- Autorização de curso: a autorização do MEC é necessária quando a IES deseja abrir um novo curso. É analisada a organização didático-pedagógica, o corpo docente e técnico administrativo e as instalações físicas.
- Reconhecimento de curso: para um novo curso ser reconhecido é necessário que ele passe por uma segunda avaliação, no momento que a primeira turma atinja entre 50% e 75% da sua carga horária. Somente com o curso reconhecido é que os diplomas serão validados.
- Renovação de reconhecimento de curso: a cada três anos, juntamente com o ciclo do SINAES, este processo deve ser realizado. Considera-se o resultado obtido na avaliação do SINAES, se, porém o resultado for insatisfatório, o curso deve ser avaliado *in loco*, e se preciso for, o MEC iniciará processo de supervisão (BRASIL, 2013).

Para a graduação à distância “[...] os atos autorizativos consistem no credenciamento das instituições para oferta de educação a distância e no credenciamento dos polos de apoio presencial, além de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos” (BRASIL, 2013).

A ação do poder público se dá de duas maneiras: controle prévio, durante o processo de credenciamento da IES ou da autorização do curso, como também no processo de fiscalização permanente do ensino existente.

Com esta avaliação constante é possível também ampliar a oferta de ensino para a sociedade, através de programas de acesso as universidades, como o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Para que as instituições de ensino superior privadas possam participar destes programas é necessário obter avaliação satisfatória.

A supervisão dos cursos de graduação pode ser originada de denúncias ou representações (de alunos, pais, professores, imprensa ou órgãos públicos) ao encontrar indícios de irregularidades ou deficiências de qualidade. A Sesu também pode iniciar supervisão, chamada de especial ou extraordinária, caso as IES ou os cursos não obtenham resultado esperado no ENADE ou pelo não atendimento de requisitos legais específicos, como a porcentagem mínima de docentes mestres e doutores, por exemplo.

A supervisão tem como objetivo garantir que as IES ofertem um ensino de qualidade. Para isso adotam medidas de enfoque corretivo e preventivo, ou até mesmo penalidades, caso a instituição supervisionada deixe de cumprir as ações determinadas pelo MEC. (BRASIL, 2013).

Em relação às possíveis penalidades, a Lei 10.861 melhor explicita o que ocorre com as instituições que não se adequam aos critérios da avaliação. O artigo 10 trata dos resultados insatisfatórios e as medidas a serem tomadas. Se uma IES obtém resultado insatisfatório deve ser adotado o procedimento de elaboração de um protocolo de compromisso entre a instituição de ensino superior e o Ministério de Educação. Este relatório deve conter o diagnóstico da IES, que tipos de ações e processos que a IES deve adotar para ultrapassar as dificuldades encontradas, prazos e metas para o cumprimento das ações previamente definidas e a indicação das responsabilidades de cada dirigente e a criação de uma comissão de acompanhamento do protocolo de compromisso pela instituição de educação superior.

Caso o protocolo de compromisso não seja cumprido algumas penalidades poderão ocorrer. São elas: a suspensão temporária da abertura de processo seletivo para os cursos de graduação; a cassação da autorização de funcionamento da instituição ou de seus cursos; e em casos de instituições públicas de ensino superior poderá ocorrer uma advertência, suspensão ou perda do mandato do dirigente responsável pela ação que não for executada (BRASIL, 2004).

Ao aprofundar-se na avaliação SINAES nota-se que a avaliação busca considerar diferentes aspectos para alcançar uma visão completa das universidades e cursos, desde o desempenho dos alunos à avaliação externa, até mesmo a autoavaliação da instituição. Outro ponto a se destacar é a recente mudança no instrumento de avaliação das IES, o que mostra uma tentativa de aprimorar a atual avaliação.

A avaliação da biblioteca não é uma das dimensões do SINAES, porém está inserida na dimensão “Instalações Físicas” nos instrumentos de Avaliação Institucional Externa e na Autorização de Cursos de Graduação de Bacharelado e Licenciatura, conforme será tratado a seguir.

2.5 AVALIAÇÃO DAS BIBLIOTECAS PELO MEC

A avaliação de bibliotecas pelo MEC tem sido discutida por alguns pesquisadores como Andriola e Bezerra (2010), Baptista, Rueda e Santos (2008), Dias e Guerra (2013), Dziekaniak (2006), Lubisco e Vieira (2008), Oliveira (2002) e Oliveira (2010) em diversos trabalhos acadêmicos, como eventos e publicações em revistas, teses e dissertações.

A pesquisa de Dziekaniak (2006) trata da participação dos bibliotecários nas comissões de avaliação de cursos. Critica a ausência de bibliotecários na avaliação da dimensão que aborda as bibliotecas e sugere medidas que possam agir como paliativo até a mobilização da classe para mudanças. Conclui que as comissões de avaliação dos cursos devem dispor de bibliotecários. A falta de um bibliotecário na comissão pode acarretar prejuízos na avaliação das bibliotecas universitárias e, conseqüentemente, prejuízos para a avaliação de cursos de graduação.

Andriola e Bezerra (2010) discutem o tema a partir da análise do desempenho dos alunos no ENADE através de pesquisa de caráter exploratório na Universidade Federal do Ceará (UFC). Procuram demonstrar se há ligação entre o desempenho dos alunos no ENADE e a qualidade dos serviços oferecidos pela biblioteca. Com o estudo na biblioteca universitária da UFC obtiveram dados que explicitam os níveis de satisfação dos alunos com a biblioteca universitária e relacionaram aos resultados do desempenho do ENADE, concluindo que o espaço bibliotecário se faz muito importante para a formação discente. Concluem também que as bibliotecas universitárias devem conhecer seus usuários para melhor planejamento e gestão.

Baptista, Rueda e Santos (2008) abordam a avaliação da biblioteca universitária pelo MEC a partir da reflexão pessoal dos autores enquanto graduados em universidade pública e com experiência profissional em biblioteca universitária particular. Os autores concluem que deve ser feito um trabalho conjunto entre os profissionais da instituição e a biblioteca universitária, para que possam selecionar materiais diversificados. Já o papel do MEC seria o de avaliar tendo como critério o equilíbrio entre qualidade e quantidade.

Dias e Guerra (2013) traçam um levantamento histórico da relação do ensino e das bibliotecas, chegando até ao atual sistema de avaliação do MEC, o SINAES, mostrando que houve um crescimento na oferta do ensino superior, principalmente do ensino superior privado, estimulando a concorrência entre as instituições, que por isso devem oferecer os

melhores produtos e serviços. Indica que a biblioteca universitária tem papel importante no marketing e na confiabilidade da instituição.

Em análise dos padrões de qualidade da avaliação do MEC para as bibliotecas universitárias, Oliveira (2002) encontra diferenças nos instrumentos de avaliação que impactam na gestão das bibliotecas universitárias. Por mais que seja um trabalho anterior a instauração do SINAES, ainda traz contribuições à discussão atual. Considera que estes padrões de qualidade definidos pelas comissões de especialistas causam impactos nas atividades e na gestão das bibliotecas universitárias, pois estas procuram se enquadrar nos padrões impostos somente para cumprir as exigências do MEC, sem corresponder às exigências reais de uma biblioteca. E que o MEC deveria reconhecer a necessidade da participação dos bibliotecários nos processos avaliativos, para elaboração dos instrumentos de avaliação.

Lubisco e Vieira (2008) apresentam um novo modelo de avaliação que pretende atender necessidades que o modelo do MEC, do ano de 2006, não atendia em relação às bibliotecas universitárias. Apontam as etapas necessárias à criação de um processo avaliativo, a partir de López Gijón (1996, p. 79 apud LUBISCO; VIEIRA, 2008, p. 15):

- a) identificação e coleta de dados representativos do funcionamento da biblioteca;
- b) processamento dos dados para obter indicadores de desempenho;
- c) análise e interpretação dessas informações, cujo resultado constituirá a base sobre a qual se sustentará a tomada de decisões e a avaliação com critérios objetivos.

As etapas aqui dispostas são facilmente atingidas pelos próprios representantes das bibliotecas universitárias, uma vez que os bibliotecários possuem acesso direto a tais dados e também possuem experiência específica que o cotidiano do trabalho confere.

A coleta dos dados deve acontecer com frequência regular e de modo normalizado, afim de melhor refletir a realidade da biblioteca. Após analisados os dados é possível formular um sistema de indicadores, através de padrões de desempenho e aplicação de fórmulas matemáticas, tornando-se assim atividade de maior complexidade. Por fim há a interpretação e valoração dos indicadores com

[...] finalidade [de] incidir diretamente na tomada de decisões, na correção de erros, na melhora de serviços, na identificação de pontos fracos e fortes, enfim, ela deve ser a alavanca que vai possibilitar a implementação das mudanças necessárias para que a biblioteca tenha uma gestão eficaz, orientada a oferecer atividades, serviços e produtos de qualidade (LUBISCO; VIEIRA, 2008, p. 15).

No novo modelo proposto por Lubisco e Vieira (2008), a biblioteca sairia da dimensão “Instalações físicas” e seria uma categoria de análise distinta, “com esta medida, pretende-se que a biblioteca universitária logre um *status* acadêmico-pedagógico dentro da IES” (2008, p. 22). A seguir, a proposta da Biblioteca como categoria de análise de número quatro:

• **Grupo de Indicador 4.1 - ADMINISTRAÇÃO**

4.1.1 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO PONTO DE VISTA DO ÓRGÃO COORDENADOR DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS

4.1.2 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

4.1.3 PESSOAL

4.1.4 ESPAÇO FÍSICO

4.1.5 FUNCIONAMENTO

4.1.6 INFRAESTRUTURA PARA OS SERVIÇOS

4.1.7 SEGURANÇA E CONDIÇÕES AMBIENTAIS

• **Grupo de Indicador 4.2 - CONTEXTO ACADÊMICO**

4.2.1 USUÁRIOS

4.2.2 PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO/PLANO DE ENSINO

• **Grupo de Indicador 4.3 - FORMAÇÃO, PROCESSAMENTO TÉCNICO E DESENVOLVIMENTO DAS COLEÇÕES**

4.3.1 SELEÇÃO DE RECURSOS INFORMACIONAIS

4.3.2 AQUISIÇÃO DE RECURSOS INFORMACIONAIS

4.3.3 TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

4.3.4 CONDIÇÕES DE ACESSO À COLEÇÃO

• **Grupo de Indicador 4.4 - SERVIÇOS AO USUÁRIO (Quadro 5, p. 45)**

4.4.1 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (LUBISCO; VIEIRA, 2008, p. 25).

Oliveira (2010) realizou pesquisa semelhante a esta proposta ao analisar a avaliação das bibliotecas a partir da perspectiva dos avaliadores do MEC, dos dirigentes das instituições avaliadas e dos bibliotecários de bibliotecas universitárias sobre como a avaliação se desenvolve e interfere na realidade da biblioteca.

A partir dos estudos de Lubisco (2001, 2008), Oliveira (2010) conclui que o MEC ainda não possui um sistema de avaliação que seja condizente com os produtos e serviços de uma biblioteca universitária. Sua pesquisa recolheu depoimentos divergentes em que um avaliador do MEC vê a biblioteca universitária como parte do ambiente acadêmico e outro que desmerece a existência da biblioteca na universidade. Alguns relatos mostram a biblioteca como mero cumprimento de requisito para aprovação. Porém alguns bibliotecários afirmam que após a avaliação externa a biblioteca passou a ter visibilidade dentro da instituição.

A análise comparativa das opiniões dos atores entrevistados deixou claro que o subjetivismo presente no processo de avaliação das condições de ensino e dos cursos de graduação, com certeza, é o maior complicador do processo, não só para as bibliotecas universitárias, mas também para as demais dimensões acadêmicas avaliadas. Apesar da presença de indicadores de avaliação, sua compreensão não é uniforme, ela passa também pelas preferências pessoais dos avaliadores. (OLIVEIRA, 2010, p. 167).

É importante ressaltar que o SINAES avalia a biblioteca a partir da perspectiva da avaliação da IES e da avaliação dos cursos, logo a biblioteca possui critérios diferentes em cada avaliação. O SINAES avaliava a instituição de ensino a partir de dez dimensões, que hoje equivalem a cinco eixos, dentre elas as instalações físicas, incluindo o espaço da biblioteca. A seguir encontra-se o eixo 5.9 ao 5.11, que trata da avaliação das bibliotecas e seus serviços, com os seguintes itens a serem avaliados:

Quadro 1 - 5.9 Biblioteca: Infraestrutura física

Conceito 1	Quando não existe infraestrutura física para biblioteca.
Conceito 2	Quando a infraestrutura física atende de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e condições para atendimento educacional especializado), instalações para o acervo, ambientes de estudos individuais e em grupo, espaço para técnicos administrativos e plano de expansão física.
Conceito 3	Quando a infraestrutura física atende de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e condições para atendimento educacional especializado), instalações para o acervo, ambientes de estudos individuais e em grupo, espaço para técnicos administrativos e plano de expansão física.
Conceito 4	Quando a infraestrutura física atende muito bem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e condições para atendimento educacional especializado), instalações para o acervo, ambientes de estudos individuais e em grupo, espaço para técnicos administrativos e plano de expansão física.
Conceito 5	Quando a infraestrutura física atende de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e condições para atendimento educacional especializado), instalações para o acervo, ambientes de estudos individuais e em grupo, espaço para técnicos administrativos e plano de expansão física.

Fonte: BRASIL, 2014.

O quadro 1 trata da infraestrutura física da biblioteca, analisando se a acústica, iluminação, ventilação, mobiliário, limpeza, segurança e acessibilidade atendem satisfatoriamente o número de usuários e se contribuem para a boa conservação do acervo. Esse item também verifica os ambientes para estudos individuais e em grupos e o ambiente destinado para o pessoal técnico administrativo.

Quadro 2 – 5.10 Biblioteca: Serviços e informatização

Conceito 1	Quando não existem serviços e informatização da biblioteca.
Conceito 2	Quando os serviços da biblioteca atendem de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: profissionais da área de biblioteconomia, acesso via internet (consulta, reserva),

	informatização do acervo, bancos de dados, empréstimo, relatórios de gestão e horário de funcionamento.
Conceito 3	Quando os serviços da biblioteca atendem de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: profissionais da área de biblioteconomia, acesso via internet (consulta, reserva), informatização do acervo, bancos de dados, empréstimo, relatórios de gestão e horário de funcionamento.
Conceito 4	Quando os serviços da biblioteca atendem muito bem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: profissionais da área de biblioteconomia, acesso via internet (consulta, reserva), informatização do acervo, bancos de dados, empréstimo, relatórios de gestão e horário de funcionamento.
Conceito 5	Quando os serviços da biblioteca atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: profissionais da área de biblioteconomia, acesso via internet (consulta, reserva), informatização do acervo, bancos de dados, empréstimo, relatórios de gestão e horário de funcionamento.

Fonte: BRASIL, 2014.

No quadro 2, encontra-se critérios que abordam a informatização e os serviços da biblioteca. Avalia a informatização do acervo e serviços, como a consulta e reserva via internet, os bancos de dados e os relatórios de gestão. Além de avaliar os profissionais da Biblioteconomia e o horário de funcionamento da biblioteca.

Quadro 3 – 5.11 Biblioteca: Plano de atualização do acervo

Conceito 1	Quando não existe plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/digital).
Conceito 2	Quando o plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/digital) implantado atende de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: coerência com o PDI e alocação de recursos.
Conceito 3	Quando o plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/digital) implantado atende de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: coerência com o PDI e alocação de recursos.
Conceito 4	Quando o plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/digital) implantado atende muito bem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: coerência com o PDI e alocação de recursos.
Conceito 5	Quando o plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/digital) implantado atende de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: coerência com o PDI e alocação de recursos.

Fonte: BRASIL, 2014.

O quadro 3 explicita a avaliação do plano de atualização do acervo, tratando da alocação dos recursos e da concordância com o plano de desenvolvimento da instituição, tanto no acervo físico quanto no acervo eletrônico e digital.

Ao avaliar os cursos das IES, o sistema de avaliação do INEP faz uso de três dimensões. A biblioteca também está inserida na dimensão três de instalações físicas. Abaixo estão expostos os conceitos e critérios para cada categoria de avaliação de autorização de cursos de graduação em bacharelado e licenciatura. A categoria 3.2 trata da biblioteca.

Quadro 4 - 3.2.1 Livros da bibliografia básica

Conceito 5	Quando o acervo atende aos programas das disciplinas dos dois primeiros anos do curso, em quantidade suficiente, na proporção de um exemplar para até seis (6) alunos previstos para cada turma, referentes aos títulos indicados na bibliografia básica (mínimo de 3 bibliografias) e está atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
Conceito 4	Quando o acervo atende aos programas das disciplinas dos dois primeiros anos do curso, em quantidade suficiente, na proporção de um exemplar para até oito (8) alunos previstos para cada turma, referentes aos títulos indicados na bibliografia básica (mínimo de 3 bibliografias) e está atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
Conceito 3	Quando o acervo atende aos programas das disciplinas dos dois primeiros anos do curso, em quantidade suficiente, na proporção de um exemplar para até dez (10) alunos previstos para cada turma, referentes aos títulos indicados na bibliografia básica (mínimo de 3 bibliografias) e está atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
Conceito 2	Quando o acervo atende aos programas das disciplinas dos dois primeiros anos do curso, na proporção de um exemplar para mais de dez (10) alunos, previstos para cada turma, referentes aos títulos indicados na bibliografia básica (mínimo de 3 bibliografias), ou não está adequadamente atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
Conceito 1	Quando o acervo atende aos programas das disciplinas dos dois primeiros anos do curso, na proporção de um exemplar para mais de quinze (15) alunos previstos para cada turma, referentes aos títulos indicados na bibliografia básica.

Fonte: BRASIL, 2010.

No quadro 4, que trata da bibliografia básica de um curso, é estabelecida a quantidade ideal de exemplares dos itens da bibliografia básica de um curso, focado nos dois primeiros anos do curso de graduação.

Quadro 5 - 3.2.2 Livros da bibliografia complementar

Conceito 5	Quando o acervo atende, plenamente, as indicações bibliográficas complementares, referidas nos programas das disciplinas.
Conceito 4	Quando o acervo atende, adequadamente, as indicações bibliográficas complementares, referidas nos programas das disciplinas.
Conceito 3	Quando o acervo atende, suficientemente, as indicações bibliográficas complementares, referidas nos programas das disciplinas.
Conceito 2	Quando o acervo atende, insuficientemente, as indicações bibliográficas complementares, referidas nos programas das disciplinas.
Conceito 1	Quando o acervo não (ou atende de maneira precária) atende as indicações bibliográficas complementares, referidas nos programas das disciplinas.

Fonte: BRASIL, 2010.

O quadro 5 aborda os livros da bibliografia complementar, analisando se o acervo atende satisfatoriamente ao que é indicado na bibliografia complementar dos cursos, porém não estabelece o que seria satisfatório ou precário.

Quadro 6 - 3.2.3 Periódicos especializados

Conceito 5	Quando existe assinatura de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou informatizada, abrangendo as principais áreas temáticas, distribuídos entre as principais áreas do curso e a maioria deles assinados nos últimos três anos.
Conceito 4	Quando existe assinatura de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou informatizada, abrangendo as principais áreas temáticas, distribuídos entre as principais áreas do curso e a maioria deles assinados nos últimos dois anos.
Conceito 3	Quando existe assinatura de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou informatizada, abrangendo as principais áreas temáticas, distribuídos entre as principais áreas do curso e a maioria deles assinados no último ano.
Conceito 2	Quando os periódicos especializados, sob a forma impressa ou informatizada, atendem, de maneira insatisfatória, as principais áreas do curso.
Conceito 1	Quando os periódicos especializados, sob a forma impressa ou informatizada, não existem, ou atendem precariamente as demandas do curso.

Fonte: BRASIL, 2010.

O quadro 6 trata dos periódicos especializados, examinando a assinatura de periódicos, observando seu formato, área de assunto e atualização. Os critérios de análise parecem pouco claros e deixam margem à interpretação pessoal do avaliador, ao definir os conceitos de 1 a 5 a partir do que “não atende/não existe” e “atende satisfatoriamente”, porém não fica exposto de maneira clara o que seria isso exatamente.

Percebe-se que na avaliação das instituições, são abordados aspectos como o espaço físico, condições de armazenagem do acervo, as condições de estudos e a informatização. Tendo uma visão mais ampla das funções de uma biblioteca. Contudo, outros critérios poderiam ainda ser focados na avaliação, tais como a periodicidade da realização de estudos de usuários, o serviço de referência da biblioteca, a aplicação de treinamentos de utilização dos serviços da biblioteca para os usuários e a política de desenvolvimento das coleções, por exemplo, para dimensionar a qualidade dos serviços, espaço, acervo das bibliotecas universitárias.

Na avaliação dos cursos, no que diz respeito à biblioteca, o foco se encontra nas coleções, avaliando somente a bibliografia básica, complementar e a relação de periódicos disponíveis. Entende-se que isso aconteça já que não há necessidade de avaliar novamente aspectos comuns a todos os cursos, como o espaço físico da biblioteca e que avaliando um curso específico é necessário estabelecer um critério quantitativo em relação às bibliografias de cada curso, já que possuem bibliografias distintas e quantidade de alunos diferentes.

Entretanto, resta saber qual a percepção dos bibliotecários atuantes em bibliotecas universitárias sobre a avaliação feita pelo MEC e critérios utilizados que formam os objetivos desta pesquisa. Para isso, traçou-se uma metodologia que será apresentada a seguir.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo aborda a metodologia empregada para a execução da pesquisa, usando os procedimentos trabalhados por Lakatos e Marconi (2003), Gil (2002) e Minayo (2012). Concluída as quatro primeiras etapas da fase exploratória, a saber

- a) escolha de tópico de investigação;
- b) delimitação do objeto;
- c) definição dos objetivos;
- d) construção do marco teórico conceitual; [...]

foram trabalhadas as etapas de seleção dos instrumentos de coleta de dados e a exploração de campo (MINAYO, 2012, p. 37). A seguir encontram-se a caracterização e o universo da pesquisa, assim como o instrumento de coleta de dados utilizado.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

De acordo com Gil (2002) uma pesquisa pode ser classificada como exploratória, descritiva ou explicativa em relação aos objetivos. A presente pesquisa enquadra-se no perfil descritivo, pois “tem por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população” (GIL, 2002, p. 42), já que o objetivo geral da pesquisa era descrever a percepção dos bibliotecários que atuam em bibliotecas de universidades públicas federais da cidade do Rio de Janeiro sobre a avaliação do MEC e as implicações disso para avaliação das bibliotecas universitárias.

O procedimento utilizado para realização do trabalho foi a pesquisa bibliográfica, requisito fundamental na execução de qualquer tipo de pesquisa, que é “[...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44). De acordo com Lakatos e Marconi (2003, p. 183) “pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador obter informação sobre tudo o que já foi escrito sobre determinado tema e com isso trabalhar este tema sob novo enfoque ou abordagem”.

De natureza quantiquantitativa, este trabalho busca encontrar respostas a partir de fenômenos humanos dos respondentes, “[...] o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2012, p. 21). Desta forma, algumas respostas foram quantificadas e outras foram categorizadas para facilitar a análise e atingir os objetivos propostos.

3.2 UNIVERSO DA PESQUISA

O universo escolhido para a realização da pesquisa foi o das bibliotecas universitárias de instituições de ensino superior públicas federais da cidade do Rio de Janeiro, que totalizaram 41 bibliotecas, no caso a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que oferecessem atendimento aos cursos de graduação. Dentro deste universo selecionaram-se somente bibliotecas que atendessem cursos superiores e retiraram-se bibliotecas especializadas tais como obras raras, centros de pesquisas, entre outras, reduzindo o escopo da pesquisa para 37 bibliotecas.

Ao fazer contato com os bibliotecários das bibliotecas, percebeu-se que algumas não atendem em sua missão alunos de cursos de graduação, desta forma, reduziu para 28 bibliotecas para as quais o instrumento de coleta de dados foi enviado.

3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Como o objetivo da pesquisa foi identificar a percepção dos bibliotecários de bibliotecas universitárias sobre aspectos da avaliação do MEC, o instrumento de coleta de dados escolhido foi um questionário (apêndice A) com a finalidade de coletar informações do indivíduo questionado acerca do objeto da pesquisa.

Outros fatores que determinaram a escolha do questionário como instrumento de coleta de dados foram características que este possui, tais como “maior abrangência de respondentes, economia de tempo, mais tempo e disponibilidade para responder as questões, maior liberdade para elaboração das respostas etc”. (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 202).

Minayo (2012) caracteriza o instrumento entrevista como fonte de informação primária onde as informações são “[...] construídas no diálogo com o indivíduo entrevistado e tratam da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia” (2012, p. 65). Acredita-se que o mesmo pode ser considerado da coleta de dados através de questionário, uma vez que o indivíduo se vê livre para discorrer sobre o tema abordado.

O questionário foi enviado por email para os representantes das 28 bibliotecas universitárias do universo da pesquisa conforme nome do responsável da biblioteca disponível no próprio site das instituições. O primeiro contato foi feito por telefone, disponibilizado nos sites das instituições, explicando do que se tratava a pesquisa e se os bibliotecários concordavam em responder, confirmando assim o email institucional do responsável ou da biblioteca. Os bibliotecários foram solicitados a responder a respeito de

suas percepções da avaliação do MEC através de oito perguntas fechadas e abertas em formato semiestruturado, para serem respondidas no limite de tempo de uma semana. A coleta aconteceu ao fim do mês de outubro e início do mês de novembro deste ano. Dos 28 questionários enviados, 18 bibliotecários responderam às questões, totalizando 64% do universo da pesquisa. Os questionários foram respondidos pelos bibliotecários responsáveis ou delegados para que os bibliotecários que participaram das avaliações respondessem. A seguir encontra-se a apresentação dos dados obtidos que foram analisados de acordo com a literatura.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

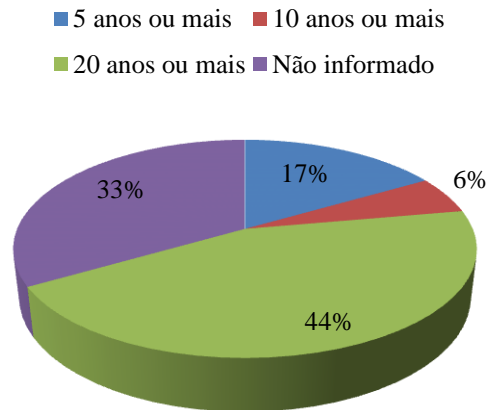
Neste capítulo foram discutidos os dados obtidos através do questionário, localizado no Apêndice A, enviado por email, obtido através das informações fornecidas pelos sites das instituições e confirmado por telefone, aos representantes das bibliotecas universitárias do universo da pesquisa, a fim de reunir as impressões dos bibliotecários que nelas atuam. Os dados foram apresentados por meio de gráficos, nas questões que for possível mensurarem dados, e de transcrições das respostas dos bibliotecários respondentes, com as devidas considerações feitas a partir da pesquisa bibliográfica. As transcrições serão identificadas de acordo com os respondentes de um a dezoito, que serão indicados pelos códigos R1, R2 etc para não identificar os bibliotecários e manter o anonimato. Os respondentes que não tinham opinião formada a respeito de certas questões ou que não respondiam de forma clara aquilo que era perguntado foram considerados nos gráficos com a legenda “Não opinaram/responderam”.

Para facilitar a análise e discussão, os dados foram organizados nas seguintes categorias: formação e experiência profissional, participação em avaliação do MEC, avaliação dos critérios usados pelo MEC, indicadores relacionados à infraestrutura, indicadores relacionados aos serviços, plano de atualização do acervo, bibliografias dos cursos, perfil dos avaliadores.

4.1 FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

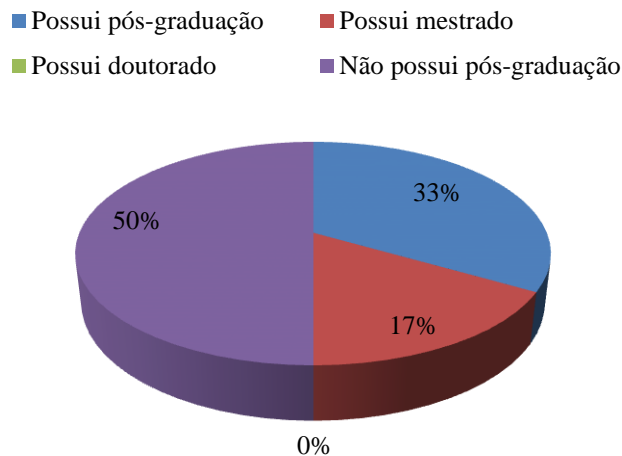
A primeira questão trata do perfil dos bibliotecários, abordando sua trajetória acadêmica e profissional. Vê-se no primeiro gráfico o período que exercem a profissão de bibliotecário. No segundo gráfico, encontram-se os dados a respeito de pós-graduação. Esta questão procura evidenciar as características dos respondentes.

Gráfico 1: Tempo em que exercem a profissão



Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Gráfico 2: Pós-graduação



Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Estas questões foram levantadas a fim de traçar um perfil dos bibliotecários atuantes nestas bibliotecas que pudessem demonstrar suas capacitações, a partir dos anos de experiência na área e na continuidade dos estudos, através de pós-graduação.

Oliveira (2010, p. 81) afirma que “com uma liderança forte e uma equipe capacitada e consciente do seu papel e de suas responsabilidades, a biblioteca universitária terá condições mínimas para implantar iniciativas que vão levar a unidade de informação à qualidade”. Com isso, entende-se que os bibliotecários de bibliotecas universitárias devem sempre buscar se especializar na área para melhor atender seus usuários e gerir suas bibliotecas.

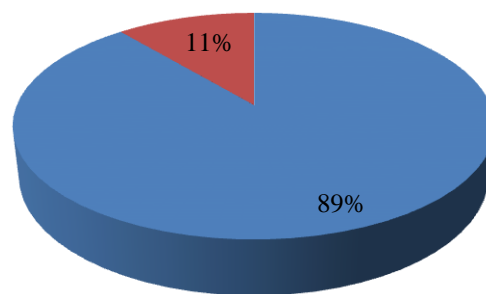
4.2 PARTICIPAÇÃO EM AVALIAÇÃO DO INEP/MEC

A questão dois trata da participação dos bibliotecários em avaliações do INEP/MEC e de quantas avaliações participaram. Dos respondentes, 89% afirmaram ter participado de ao menos uma avaliação feita. Nem todos conseguiram precisar quantas foram, por terem participado de muitas avaliações.

Enquanto alguns respondentes afirmam ter participado de apenas uma ou poucas avaliações, outros afirmam ter participado de mais de dez avaliações. Essa discrepância ocorre também pelo fato de algumas bibliotecas atenderem mais cursos que outras, conseqüentemente participando de mais avaliações.

Gráfico 3: Participação em avaliações do INEP/MEC

■ Participaram de avaliações ■ Não participaram de avaliações



Fonte: Dados da pesquisa (2014)

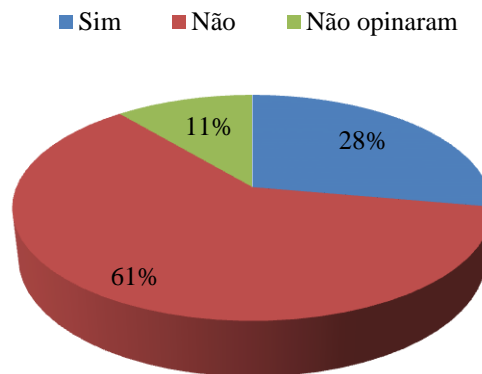
Dois respondentes afirmaram não ter passado por nenhum tipo de avaliação em suas bibliotecas, mesmo estas atendendo cursos de graduação, “*Durante o período em que trabalho nesta biblioteca nunca fui requisitada para participar de sua avaliação pela Comissão do MEC*” (R14). O respondente afirma nunca ter sido requisitado para participar de avaliação, mesmo exercendo a função de bibliotecário por anos na instituição em questão, como afirmado na resposta da questão anterior.

O que leva a crer que a biblioteca nunca foi avaliada nas avaliações da instituição e que não houve avaliação do curso de graduação a qual a biblioteca atende, reforçando a afirmativa de Tavares et al. (2014), que a atual avaliação SINAES tem focado seus esforços no ENADE e pouco avaliado *in loco* as instituições e seus cursos, já que é facultativo a visita caso o curso obtenha conceito igual ou superior a 3.

4.3 AVALIAÇÃO DOS CRITÉRIOS USADOS PELO MEC

Na questão que aborda se os critérios de avaliação do MEC abrangem ou não todo o universo da biblioteca, 61% dos respondentes disseram que não, enquanto 28% acreditam que sim, 11% não possuía opinião formada.

Gráfico 4: Avaliação abrange todo o universo da biblioteca



Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Foram destacadas algumas observações interessantes ao tema. Dois respondentes ressaltam que a biblioteca/bibliotecários não participam da elaboração das avaliações e não possuem uma posição atuante na instituição de ensino superior

Não considero que o MEC avalie todo o universo de uma biblioteca, até porque as bibliotecas normalmente não participam o tanto quanto deveriam na preparação dessas avaliações e na organização das visitas do MEC, os coordenadores de cursos acreditam que a biblioteca é um segundo plano na instituição. (R3)

O outro respondente afirma o mesmo da citação anterior, porém faz um comentário no mínimo preocupante em relação ao que acredita ser a avaliação e o papel da biblioteca: garantir que o acervo esteja de acordo com as exigências do MEC em relação à qualidade e quantidade, reduzindo a função da biblioteca a um espaço mantenedor de coleções.

Na realidade não me sinto apta à [sic] falar sobre o assunto porque o MEC “discute” os critérios de avaliação diretamente com os Coordenadores dos Cursos de Graduação das Unidades da UFRJ. À nós, bibliotecários, cabe o papel de informar a estas Coordenadorias o acervo que dispomos (em termos de quantidade e qualidade), de acordo com as exigências do MEC, para que possamos nos adequar, da melhor forma possível, à estas. (R7)

A opinião que predominou na pesquisa foi a de que a avaliação não abrange todo o universo da biblioteca, como bem explicita a seguinte resposta: “[...] a biblioteca possui

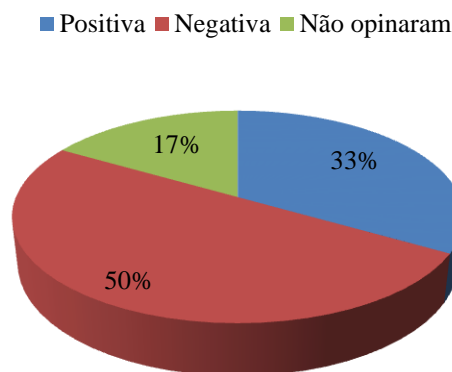
também outros serviços aos usuários, que infelizmente não foram contemplados, na avaliação.” (R12).

Almeida (2005, p. 16 apud OLIVEIRA, 2010, p. 79) afirma que para a biblioteca universitária possuir um bom planejamento é necessário que se tenha conhecimento sobre as fontes de informação da área e os serviços existentes, além de conhecer seus usuários e não usuários. Enquanto Lubisco e Vieira (2008), ao sugerir que a biblioteca deveria ser uma categoria de análise distinta, apresentam os critérios pelas quais a biblioteca deveria ser avaliada, são eles: a administração; o contexto acadêmico; a formação, o processamento técnico e o desenvolvimento das coleções e os serviços aos usuários. Porém nem todos esses aspectos são profundamente avaliados, como vemos na opinião dos bibliotecários questionados e mais à frente, em outras questões levantadas.

4.4 INDICADORES RELACIONADOS À INFRAESTRUTURA

A questão quatro fala sobre a infraestrutura da biblioteca e se esses aspectos realmente são avaliados pelas comissões de avaliação. Das respostas obtidas, 33% concordaram que a avaliação em relação à infraestrutura é bem conduzida, enquanto metade dos respondentes não acredita que a infraestrutura da biblioteca é profundamente avaliada.

Gráfico 5: Opinião sobre critério de infraestrutura física



Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Algumas respostas destacam que a avaliação é realmente focada nas bibliografias dos cursos, enquanto outros aspectos são ignorados ou pouco avaliados, como se vê nas seguintes citações: “[...] eles só se preocupam com a bibliografia básica e complementar.” (R1) e “[...]”

das [avaliações] que participei, eles pouco olhavam para isso. O ponto chave era bibliografia básica.” (R6).

A pesquisa obteve uma resposta discordante, mas que também possui observações importantes: *“Em alguns casos, eles [aspectos da infraestrutura] são excessivamente avaliados em detrimento de outros fatores relevantes e que poderiam até minimizar alguma deficiência” (R16).*

Um fator que se destacou nesta questão foram os relatos de ausência de questionamentos por parte dos avaliadores em relação à infraestrutura da biblioteca. Bibliotecários afirmam que não foram inquiridos a esse respeito e acreditam que os avaliadores tiraram conclusões a partir do que era visível: *“[...] penso que é um aspecto observado, mas não é comentado.” (R5)* e *“Não me fizeram nenhuma pergunta sobre esses itens, ou seja, contaram com o que estavam vendo.” (R16).*

Lubisco e Vieira (2008), em seu modelo de avaliação, coloca o aspecto da infraestrutura da biblioteca de maneira bem destacada analisando os espaços que são destinados aos usuários, às coleções e à administração, definindo especificamente o que seria uma infraestrutura de qualidade.

Este indicador parece pouco aproveitado e avaliado sem padronização, uma vez que há discordância nas respostas e poucos questionamentos à respeito da infraestrutura.

4.5 INDICADORES RELACIONADOS AOS SERVIÇOS

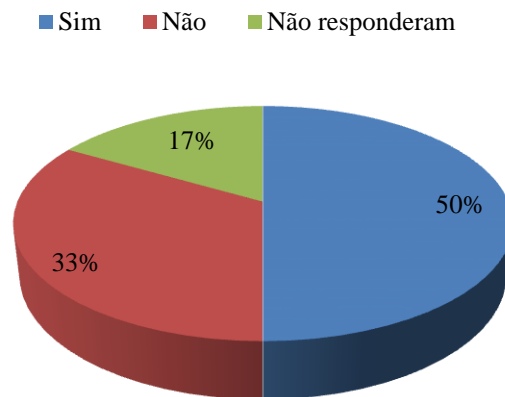
Sobre os indicadores que tratam dos serviços das bibliotecas, foi questionado se os bibliotecários, durante as visitas, tiveram que se identificar como bibliotecário e se tiveram que demonstrar como funcionavam os serviços da biblioteca. Foram inquiridos também sobre a forma como este indicador é avaliado, ao tratar de aspectos como sistema automatizado, relatórios, bases de dados e a quantidade de profissionais da área de Biblioteconomia.

Lancaster (1996) vê a avaliação como oportunidade de verificar o desempenho do serviço oferecido e porque ele é desempenhado daquela maneira, e também verificar a razão de possíveis malogros nos serviços ofertados pela biblioteca.

Vê-se que 50% se identificaram como bibliotecários, *“Sim eu me apresentei como chefe da Biblioteca com o meu crachá institucional” (R1)*, *“[...] foi necessário fazer a identificação do registro profissional” (R3)*, porém nem todos tiveram que comprovar isso, *“[...] estas perguntas foram feitas [...] porém nunca me pediram para comprovar nada” (R2).*

Já 33% dos respondentes afirmam não terem comprovado ou sequer ter sido questionado sobre isso: “*Não precisei comprovar ser Bibliotecária*” (R4) e “*Nunca fui questionada a esse respeito*” (R5).

Gráfico 6: Comprovação de ser bibliotecário



Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Quanto à questão sobre a necessidade ou não de demonstrar como os serviços de biblioteca funcionavam, 72% dos bibliotecários relataram ter demonstrado a utilização dos serviços que a biblioteca dispõe: “*As Comissões que nos avaliaram foram cuidadosas em cada uma das etapas referentes aos serviços prestados pela biblioteca*” (R13) e “*Há sim uma atenção especial sobre sistemas automatizados e o acesso às bases de dados*” (R11).

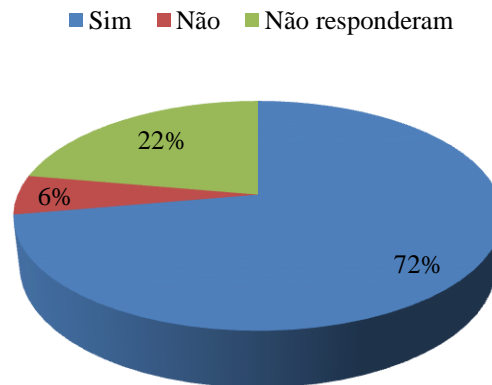
Um respondente afirma que os avaliadores pouco perguntam sobre os serviços por desconhecer o funcionamento de uma biblioteca: “*Quanto à demonstração dos serviços, diante da passividade da comissão, eu mesma informo quais são. Acredito que eles não perguntam por total desconhecimento do objeto que estão avaliando*” (R5).

Outra consideração importante, que aparece em mais de uma resposta, é a maneira como são avaliados os serviços, superficialmente e de maneira rápida: “*Sim, porém na minha opinião este questionamento deveria ser apresentado com mais calma e tempo, geralmente eles aparecem muito apressados e com um horário bastante apertado*” (R8), “[...] eu só precisei demonstrar como utilizar o catálogo para pesquisa dos títulos, e quando os mesmos estavam emprestados.” (R1) e “*Quanto à apresentação dos serviços, não ocorreu um momento mais aprofundado. O que houve foi mais uma conversa sobre o que tínhamos, mas nenhuma das informações nos foi solicitada para ser acrescentada à avaliação.*”(R12).

No aspecto que trata da quantidade de funcionários da biblioteca, alguns respondentes ressaltaram que não possuem equipe suficiente na biblioteca e que certos avaliadores não

questionam isto, apesar de ser um dos critérios de avaliação: “*Uma crítica a fazer seria que para cada bibliotecário teríamos que ter três auxiliares. Mas não é isso que acontece nas bibliotecas públicas. Eles nem perguntaram sobre outros tipos de funcionários.*” (R10) e “*Quanto ao número de profissionais não parece crível a exigência: eu sempre trabalhei só; sou a única bibliotecária.*” (R16).

Gráfico 7: Demonstração de serviços



Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Verifica-se novamente a falta de padronização na avaliação no que trata dos serviços prestados pela biblioteca, às vezes eles são questionados e também é necessário fazer demonstração de como utilizá-los, outras vezes são abordados de maneira rápida e sem profundidade. Como citado anteriormente, Lancaster (1996) afirma que a avaliação de um serviço tem a finalidade de averiguar o desempenho do mesmo e também de justificar a existência de tal serviço na biblioteca, logo a verificação deste indicador é essencial para garantia da sua qualidade e consequentemente da qualidade da biblioteca.

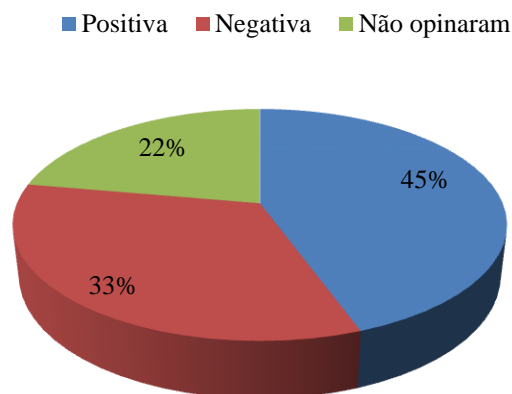
4.6 PLANO DE ATUALIZAÇÃO DO ACERVO

A sexta questão trata da opinião sobre o critério do plano de atualização do acervo e como este é avaliado, considerando os acervos físicos e eletrônicos/digitais. A maioria das respostas foi positiva em relação a este critério, com 45% de opiniões positivas, enquanto 33% dos bibliotecários verificam alguma falha neste critério, como demonstra o gráfico a seguir.

Lancaster (1996) analisa a avaliação das bibliotecas a partir das cinco leis de Ranganathan: 1. Os livros são para usar; 2. A cada leitor seu livro; 3. A cada livro seu leitor;

4. Poupe o tempo do leitor e 5. A biblioteca é um organismo em crescimento. O quesito de atualização do acervo deve ter como princípios estas leis, principalmente a segunda e terceira leis, complementares entre si, que verificam se as coleções são usadas, e se não são usadas quais seriam os motivos, como também aspectos como estatísticas de uso, a disponibilidade do livro para o usuário que dele necessita, alerta de novas aquisições etc.

Gráfico 8: Opinião sobre critério de atualização do acervo



Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Como reações positivas a este indicador ressaltam-se duas respostas: “A comissão tem estado atenta à questão da atualização nos diferentes formatos.” (R11) e “[...] as comissões que nos avaliaram foram cuidadosas em cada uma das etapas sobre atualização do acervo.” (R13). Alguns respondentes acrescentam que este indicador pressiona as instituições de ensino a manterem os acervos da biblioteca atualizados, o que poderia não acontecer se não houvesse a avaliação: “Acho que estes planos de avaliação são ótimos, como forma de obrigar a instituição a manter uma biblioteca atuante e atualizada em termos de acervo, seja físico ou digital [...]” (R7) e “Avalio da melhor maneira possível, pois exerce uma pressão na instituição de uma maneira geral para que haja desenvolvimento da coleção tanto impressa quanto eletrônico/digital.” (R17).

Como críticas a este critério, a maioria dos problemas apresentados foi em relação à desatualização do acervo, apesar de ser um indicativo da avaliação, algumas instituições não conseguem ou não priorizam o desenvolvimento das coleções das bibliotecas. Apresentam também sugestões de como esse critério poderia ser avaliado: “O plano de atualização é bom, mas as bibliografias dos cursos, em geral, estão desatualizadas.” (R1), “Deve ser uma avaliação mais profunda, verificando os motivos reais, pelos quais a atualização do acervo

não atingiu os níveis desejados.” (R2) e “[...] deveria ser avaliado também pelas estatísticas de uso da instituição.” (R9).

Criticam também o pouco interesse nos acervos digital e eletrônico - acervo acessado remotamente e acervo em outros suportes eletrônicos, como CDs e DVDs - o que poderia ser uma alternativa à falta de espaço para manter o acervo físico da biblioteca: *“Algumas vezes demandam os títulos da área que está sendo avaliada e não costumam se interessar muito pelo acervo digital.” (R5) e*

Com acervos em rede e disponíveis em diversos locais, faz-se necessário apresentar essa situação aos avaliadores, demonstrando a amplitude e abrangência de recursos disponíveis aos cursos, porém essa realidade ainda não é muito bem aceita pelos avaliadores do MEC, que apresentam uma rotina antiga de análise. (R3).

Essas declarações corroboram a afirmativa de Oliveira (2002, p. 212), que diz que o suporte físico é privilegiado, pois a cultura do impresso ainda é vigente.

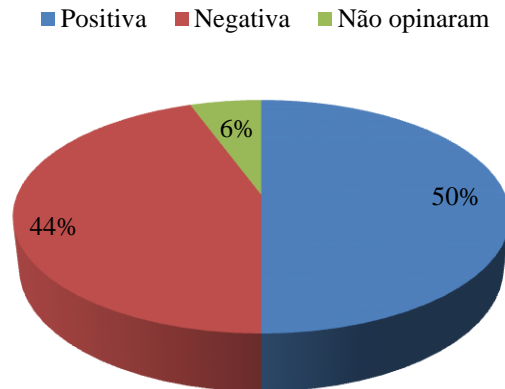
Este indicador possui uma deficiência que não está na avaliação, e sim na comunicação entre professores e bibliotecários. As bibliografias dos cursos são elaboradas a partir de planos de bibliografia enviados pelos professores à biblioteca, porém nem sempre elas são enviadas ou estão atualizadas. Necessita-se de um trabalho conjunto entre a biblioteca e o corpo docente da instituição. Faz-se necessário também uma maior apreciação de outros formatos não convencionais, o acervo digital/eletrônico, que poderia atender as demandas de disponibilidade e de espaço físico, por exemplo.

4.7 BIBLIOGRAFIAS DOS CURSOS

A questão seguinte trata das bibliografias básicas e complementares bem como os periódicos da biblioteca que atendem aos cursos e sobre a opinião dos bibliotecários a respeito deste critério. Metade dos respondentes possui uma opinião positiva em relação a este indicador, enquanto 44% possuem críticas sobre esse critério.

Lancaster (1996) demonstra que as bibliografias devem ser analisadas através de aspectos quantitativos e qualitativos, verificando o tamanho e o crescimento (aspecto quantitativo da avaliação) e o julgamento por especialistas, o uso de bibliografias padrão e a análise de uso (aspectos qualitativos da avaliação).

Gráfico 9: Opinião sobre critério de avaliação das bibliografias



Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Alguns bibliotecários veem este indicador de maneira positiva, pois assim dá-se a devida importância ao desenvolvimento das coleções da biblioteca: *“Acredito ser importante ter atenção, por parte das Comissões, aos acervos das bibliotecas. Isto faz com que toda comunidade acadêmica também preste atenção aos acervos.”* (R13), *“Em relação à quantidade de bibliografias, há uma grande e minuciosa avaliação, um item que possui grande importância para as comissões. Quanto aos periódicos, acredito que não há uma grande exigência, já que há muitas revistas disponíveis no portal.”* (R18) e

Nesse quesito, acredito que a avaliação entre quantidade e qualidade feita pelo MEC é fundamental, visto a necessidade de as bibliografias e periódicos serem realmente atualizados e em número suficiente para os alunos dos cursos, sendo que muitas vezes as instituições não querem arcar com esse investimento. (R3)

Oliveira (2002) ressalta a importância deste indicador, porém as bibliotecas não devem se preocupar em somente se enquadrar as exigências de bibliografias, pois correm o risco de não atender com qualidade as necessidades dos cursos e seus estudantes.

As quantificações e as indicações de bibliografias por parte das comissões de especialistas auxiliam e constituem excelentes referências, mas não podem tornar-se camisa de força, incentivando a montagem de bibliotecas para as comissões, totalmente desvinculadas da realidade dos cursos. Desta forma, as comissões de especialistas denotam um poder e um controle sobre os cursos, impedindo a inovação e estimulando a estagnação e a realização de aquisições somente para efeito de aprovação. Assim, podem onerar as instituições, restringindo ainda mais os recursos que poderiam ser utilizados para aquisição de materiais mais apropriados e adequados para a realidade dos cursos em questão (OLIVEIRA, 2002, p. 214).

Alguns criticaram a relação de exemplares para alunos e a importância dada à quantidade de exemplares das bibliografias e não à qualidade do acervo: *“Nem sempre a*

universidade dispõe de recursos financeiros para elevar a quantidade e qualidade do acervo bibliográfico. O sistema de avaliação único, não leva em conta as variáveis e a realidade social e econômica de cada instituição.” (R2), “Eles se preocupam mais com a quantidade de exemplares do que com a qualidade da bibliografia.” (R8), “Baseada apenas na bibliografia do curso e não nas reais necessidades dos usuários.” (R9),

Acredito que a quantidade de exemplares de livros por aluno é irreal, sobretudo, nas universidades públicas. As Bibliotecas não têm espaço físico e verba para isso. Nesse sentido, acredito que os e-books podem amenizar, no entanto, é necessária uma infraestrutura e política de acesso para funcionar de forma adequada. Em relação aos títulos de periódicos, sempre recorremos aos títulos assinados pelo Portal de Periódicos da CAPES. Por esse motivo, não temos problemas com esse quesito. (R1)

Que há falta de apreciação dos livros eletrônicos no mesmo peso que os impressos. Tem um anacronismo também em relação à quantidade. A biblioteca teria que ter uma quilometragem extensível para atender. Geralmente, esquecem de avaliar o sistema como um todo, ou seja, a complementaridade com outras bibliotecas.(R16)

Este, sem dúvida, é um dos indicadores mais importantes na avaliação e que divide opiniões acerca de sua eficácia. Porém deve-se concordar com Oliveira (2002, 2002, p. 216) que afirma que

Deve-se ter sempre em mente que a proporção de material a ser adquirida é uma decisão das IES, que deverá estar explicitada na política de desenvolvimento de coleção da biblioteca, a qual manterá a coerência com o planejamento e recursos da instituição. A indicação deverá valer como sugestão e não como regra, pois a autonomia e o planejamento da instituição devem ser respeitados e entendidos na sua proposta.

É um indicador de grande importância para a avaliação e deve ser verificado não somente por aspectos quantitativos, como também por aspectos qualitativos que considerem o real uso das bibliografias. Este indicador muitas vezes garante que a coleção da instituição se desenvolva, ao exercer uma pressão nos dirigentes das IES para que atendam aos critérios da avaliação, o que de outra forma poderia não acontecer, pois nem sempre a biblioteca recebe os recursos necessários para seu desenvolvimento. Porém não deve ser um indicador que verifica somente aspectos quantitativos para não ser um critério de mera aprovação nas avaliações.

4.8 PERFIL DOS AVALIADORES

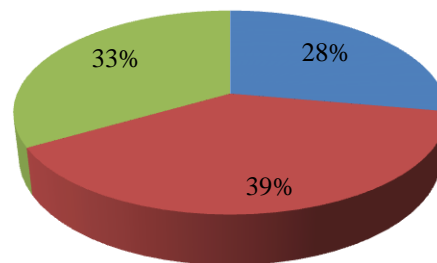
Na última questão indaga-se a opinião dos bibliotecários a respeito dos avaliadores das comissões do INEP/MEC, se estes possuem ou não competências para avaliar e como isso implicaria na avaliação das bibliotecas. Das respostas obtidas, 39% acreditam que os

avaliadores não possuem competências para avaliar uma biblioteca, enquanto 28% acredita que possuem. Já 33% dos respondentes não opinaram sobre as competências dos avaliadores do MEC, como demonstra o gráfico a seguir.

Dziekaniak (2006) afirma que a ausência do bibliotecário na comissão de avaliação acarreta prejuízos para a avaliação da biblioteca e em consequência, na avaliação dos cursos da instituição. Esta visão se alinha com algumas opiniões coletadas, como mostra as citações a seguir.

Gráfico 10: Opinião sobre competências dos avaliadores

■ Possuem competências ■ Não possuem competências ■ Não opinaram



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Como respostas positivas ressaltam-se as seguintes, que afirmam que os avaliadores possuem competências em suas áreas de conhecimento e também possuem competências para avaliar a biblioteca: “Na maioria, a avaliação é feita de forma a atender a demanda do curso, então é coerente.” (R4); “Se o propósito é verificar somente o serviço final, o atendimento ao usuário, acredito que não há problemas com os avaliadores.” (R10); “Os avaliadores tem muito conhecimento, na área que avaliam são muito bons.” (R15); “Acredito que o perfil dos avaliadores condiz com o perfil de quem vai avaliar o trabalho desenvolvido em uma biblioteca universitária e todos têm as competências necessárias para fazer tal avaliação.” (R18) e

Tivemos aqui dois avaliadores, que se mostraram muito atenciosos na avaliação e com a equipe da biblioteca. [...] Pela forma como apresentaram as questões, pude sentir que vieram com competência para avaliar o curso, adquirido com treinamento, comum a estes avaliadores, bem como suas experiências adquiridas pelas suas formações profissionais, bem como experiências de vida. (R12)

Outros respondentes acreditam que os avaliadores, por não serem da área da Biblioteconomia, não possuem as aptidões necessárias para avaliar uma biblioteca: “*Acredito que os avaliadores não têm competência para avaliarem as Bibliotecas e toda complexidade envolvida em sua gestão, como mencionei anteriormente, as comissões do MEC deveriam ter como um de seus integrantes pelo menos um Bibliotecário.*” (R1), “*Os avaliadores, por não serem da área, muitas vezes, desconhecem o objeto a ser avaliado, e não tem a sensibilidade para compreender o universo das bibliotecas e suas relações com as unidades às quais pertencem.*” (R2) e

Esta é minha grande questão! Penso que os avaliadores não tem conhecimento do objeto que estão se propondo a avaliar e, muitas vezes, se concentram em questões sem a menor relevância para a avaliação do curso, como por exemplo: “... Quantos livros meus existem na sua biblioteca?” (R5).

Estas afirmativas são corroboradas por Lancaster (1996), que analisa a verificação da bibliografia de determinados assuntos por especialistas da área, como algo nem sempre positivo, pois estes avaliadores podem ser parciais, ao favorecer certos aspectos da bibliografia em detrimento de outros.

Alguns bibliotecários ressaltam a importância de um profissional da Biblioteconomia como um dos integrantes da avaliação: “*Acho que a comissão deveria conter um bibliotecário, para entender melhor nossa realidade de trabalho e as características de nossas atividades.*” (R8), “*As bibliotecas deveriam ser avaliadas por profissionais da Área de Documentação.*” (R9), “*Talvez, para que se ficasse mais atento a todos os detalhes, fosse bom incluir um bibliotecário na equipe de avaliadores.*” (R11) e

Aparentemente são pessoas capacitadas e atualizadas com a área avaliada. Não cabe a mim julgar a competência dos avaliadores, na verdade não somos informados sobre a vida profissional dos mesmos, mas acredito que seria importante que as Comissões do MEC também tivessem a participação de um bibliotecário.(R13)

Por fim, ressaltam-se considerações interessantes acerca dos avaliadores e como são formadas as comissões, mais uma vez sendo destacados a ausência do bibliotecário nas organizações da avaliação e o avaliador exercendo o papel de pressionar as instituições para atender aos critérios da avaliação.

Na realidade, nós bibliotecários não participamos das organizações das avaliações e reuniões em que as coordenações interagem com os avaliadores, somos meramente arguidos em relação aos quesitos pertinentes às bibliotecas, acervos e serviços, não conhecendo a origem, currículos e outros detalhes importantes sobre os avaliadores, não podendo opinar se eles têm competência ou não para as avaliações, mas acredito que eles teriam, no mínimo, que pertencer à grande área do conhecimento do curso que está sendo avaliado. (R3)

Eu diria que acho o papel do avaliador muito interessante como instrumento de pressão para oferecer uma boa infraestrutura ao Curso oferecido pela unidade não apenas no que diz respeito às bibliotecas mas, também, de um modo geral. (R7)

Algo muito comentado em diversas questões foi o papel da avaliação, da visita *in loco* e dos avaliadores como um elemento de pressão nas instituições de educação superior para que estas atendam aos critérios considerados satisfatórios da avaliação, atendendo assim demandas da biblioteca, com foco nas bibliografias dos cursos. O que se caracteriza como algo muito importante e decisivo, porém deve-se ter cuidado para não criar uma gestão da biblioteca onde a missão principal seja atender aos requisitos de avaliação do MEC e não atender ao ensino, pesquisa e extensão, missão fundamental de toda biblioteca universitária.

Percebe-se que as questões mais importantes na avaliação diz respeito às bibliografias básica e complementar dos cursos, o que não deixa de ser importante, porém não caracteriza toda a biblioteca e seus serviços.

A análise dos dados mostra que a avaliação, apesar de afirmar ser uma avaliação padrão a fim de encontrar parâmetros de avaliação e qualidade, na verdade é uma avaliação subjetiva, em que os diferentes atores nela envolvidos, a partir de suas experiências pessoais e visões de mundo distintas, fazem de cada avaliação um ato específico.

Visto a percepção dos bibliotecários sobre a avaliação das bibliotecas universitárias e suas considerações pertinentes ao assunto, no capítulo seguinte serão expostas as conclusões da pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi motivada pela necessidade de entender como a biblioteca universitária é avaliada, para isso foi necessário verificar que órgão a avalia e como avalia, através de pesquisa bibliográfica. Mas também se mostrou essencial averiguar se esta avaliação de qualidade apresenta resultados significativos e se é capaz de cumprir o que se propõe, para isso foi necessário apresentar a visão dos bibliotecários destas instituições.

Os objetivos, geral e específicos, da pesquisa foram atingidos. Como objetivo geral era necessário analisar a percepção dos bibliotecários a respeito da avaliação das bibliotecas universitárias pelo MEC. Nem todos os bibliotecários contatados concordaram em participar da pesquisa, porém obteve-se uma amostra considerável de respostas do universo da pesquisa inicialmente proposto, atingindo assim o objetivo geral, como mostra o capítulo anterior, de análise e discussão dos dados.

A pesquisa também alcançou os objetivos específicos porque apresentou o SINAES e seus componentes de avaliação a partir da pesquisa bibliográfica através de documentos oficiais do MEC e do INEP. Como também expôs a opinião dos bibliotecários a respeito da avaliação e dos avaliadores, com sugestões de melhorias, críticas e apontamentos dos pontos fortes e fracos da avaliação, a partir da transcrição e análise dos depoimentos coletados.

Uma das principais dificuldades encontradas para a conclusão da pesquisa foi a falta de funcionalidade na navegação dos sites do MEC e do INEP e a falta de clareza de dados apresentados pelos mesmos. Muitos relatórios e dados oficiais parecem “perdidos” dentro do grande universo dos portais oficiais do governo, com dados que por vezes se contradizem. Para ilustrar esta afirmação, cita-se aqui a busca pelo conceito do curso de Astronomia. Na busca pelo curso da UFRJ, no site do eMEC, encontram-se os conceitos CPC 4 e ENADE 3, atribuídos no ano de 2011. Porém, ao buscar em relatórios do INEP deste mesmo ano, não se encontra nada referente ao curso de Astronomia.

A escolha do instrumento de coleta de dados questionário se deu pelas razões explicitadas nos procedimentos metodológicos, no terceiro capítulo, tais como economia de tempo e liberdade para responder em momento oportuno e expressar ideias livremente. A única dificuldade encontrada foi justamente em virtude dessa liberdade de elaboração de respostas, pois alguns respondentes redigiam respostas que não deixavam claro o que era perguntado nas questões. Por isso foi necessário considerar que os respondentes não possuíam opinião formada sobre certas questões.

As questões que nortearam a pesquisa não foram inteiramente respondidas por alguns bibliotecários, pois as opiniões sobre o sistema de avaliação se mostraram muito divergentes sobre certos pontos por se tratar de opiniões muito particulares a partir de experiências distintas. A partir da percepção dos bibliotecários entende-se que a avaliação não corresponde ao que pode ser considerado padrão de qualidade numa biblioteca universitária. Os bibliotecários, na maioria das questões, mostraram opiniões divergentes a respeito dos critérios de avaliação e como são avaliados. A respeito da questão que trata dos avaliadores, mais uma vez houve discordância de opiniões sobre as competências dos avaliadores.

Observou-se no decorrer da pesquisa que alguns bibliotecários desconheciam o sistema de avaliação ou então não associavam o nome SINAES à avaliação pela qual a biblioteca passava. Verifica-se aí pouco interesse por parte dos bibliotecários de bibliotecas universitárias em se inteirar da realidade institucional de onde trabalham. A classe bibliotecária perde forças quando seus representantes desconhecem algo do seu cotidiano de trabalho e conseqüentemente não consegue levantar questões, cobrar melhorias e estabelecer proatividade na biblioteca. Faz parte das obrigações do bibliotecário, como de qualquer outro profissional, buscar capacitação através de cursos e palestras para melhorar sua qualificação para o desenvolvimento de suas atividades profissionais, mesmo que a instituição em que trabalham não as ofereça. Parte disso é saber por quais normas e sistemas de avaliação a biblioteca é submetida.

Compreende-se, a partir da pesquisa bibliográfica e da perspectiva dos bibliotecários inquiridos na pesquisa, que a atual avaliação das bibliotecas universitárias não trata profundamente os assuntos inerentes ao universo de uma biblioteca e que os critérios de avaliação por vezes são irrealistas, ao esperar que a biblioteca possua certo número de exemplares, por exemplo. Percebe-se também um consenso na opinião de que a avaliação discorre de forma diferente de acordo com cada avaliador, uns se aprofundam em certos aspectos, que são desconsiderados por outros. Falta uma padronização na forma de se avaliar.

A respeito do perfil dos avaliadores, uns acreditam que alguns profissionais que fazem parte da comissão do INEP/MEC são capazes de avaliar enquanto outros acreditam que um profissional da área de Biblioteconomia deveria avaliar a biblioteca, e não um especialista da área do curso analisado. Acredita-se que a avaliação poderia ser feita por uma comissão que possua também um bibliotecário, além dos especialistas da área de conhecimento avaliada, por isso propõe-se a inclusão de um bibliotecário nas comissões de avaliações do INEP/MEC para melhorar a avaliação.

O que se percebe é que as experiências de avaliação são muito particulares, concluindo assim que o atual sistema de avaliação é muito subjetivo, de acordo com o entendimento pessoal de cada avaliador a partir do instrumento de avaliação padronizado. Desta forma, o objetivo inicial do MEC em suas avaliações pode ser mal fundamentado, que é o de avaliar a educação superior e de subsidiar políticas públicas de melhorias da educação.

Propõe-se também que a avaliação da biblioteca saia da dimensão “Instalações físicas” e seja considerada uma categoria de análise distinta para obter um *status* acadêmico-pedagógico dentro da IES valorizando mais este espaço dentro da instituição. A biblioteca universitária é pilar fundamental para formação do aluno e para atender aos quesitos de ensino, pesquisa e extensão de uma universidade. Se a biblioteca universitária não possui *status* significativo na instituição, conseqüentemente estas finalidades a que se propõe são negligenciadas.

Acredita-se que esta pesquisa se mostrou relevante para as bibliotecas que participaram respondendo os questionários, para outras bibliotecas universitárias e também para a Biblioteconomia de um modo geral. A pesquisa reúne informações a respeito da avaliação e como ela é realizada, assim como a percepção dos bibliotecários que delas participam, mostrando critérios de avaliação, padrões de qualidade e incentivando a discussão sobre o assunto.

O que chama atenção em todo o processo da pesquisa é a ausência do usuário nas avaliações. A satisfação e o atendimento das necessidades do usuário não são um critério de avaliação, assim como não são cobrados estudos de usuários e comunidades pela avaliação. Nenhum bibliotecário respondente levanta esta questão também. Este aspecto poderia ser inserido na avaliação, na forma de apresentação de estudos de usuários ou questionamentos feitos aos usuários presentes na biblioteca, pelos avaliadores no ato da avaliação.

Conclui-se que o MEC ainda não possui um sistema de avaliação que seja condizente com os produtos e serviços de uma biblioteca universitária. Este estudo não tem pretensão de modificar a atual avaliação, mas sim de mais uma vez discutir o atual sistema avaliativo em que as bibliotecas universitárias passam. Acredita-se que tais mudanças seriam lentas e difíceis, porém não se deve deixar esta discussão de lado. Uma posição mais ativa dos bibliotecários em relação à avaliação também necessita ser exercitada, por isso propõe-se que os bibliotecários busquem entender melhor a avaliação e seus critérios e como alternativa apresentem uma avaliação interna e específica para sua biblioteca, a partir dos passos sugeridos por López Gijón (1996 apud LUBISCO; VIEIRA, 2008), com seus próprios dados

e sem parâmetros de comparação, a fim de melhorar a qualidade da gestão e dos serviços e produtos oferecidos, independente de avaliação e conceitos atribuídos pelo MEC.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, João Pessoa de. **Estrutura do Sistema Educacional Brasileiro**. Associação Brasileira de Educação. 2013. Disponível em: <<http://www.abe1924.org.br/falando-sobre-educacao/274-estrutura-do-sistema-educacional-brasileiro-a-partir-da-nova-ldb>>. Acesso em: 08 set. 2014.
- ANDRIOLA, Wagner Bandeira; BEZERRA, Neiliane Alves. Avaliação da qualidade das bibliotecas universitárias e rendimento dos alunos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE): estudo de caso da Universidade Federal do Ceará (UFC). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 16., 2010, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. Disponível em: <http://www.sibi.ufrj.br/snbu2010/pdfs/orais/final_384.pdf>. Acesso em: 07 out. 2014.
- BAPTISTA, Rafael; RUEDA, Daniela; SANTOS, Nadia Bernuci. A biblioteca universitária no contexto das avaliações do MEC: uma reflexão. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 15., 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, UNESP, UNICAMP, 2008. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/snbu2008/anais/site/pdfs/3274.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2014.
- BARCELOS, Maria Elisa Americano do Sul; GOMES, Maria Lúcia Barcelos Martins. Preparando sua biblioteca para avaliação do MEC. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 13., 2004, Natal. **Anais eletrônicos...** Natal: UFRN, 2004. Disponível em: <<http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/495/1/PREPARANDO%20SUA%20BIBLIOTECA%20PARA%20AVALIA%20C3%87%20C3%83O%20DO%20MEC.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2014.
- BESE, Regina Macedo Boaventura. Um breve histórico da avaliação institucional no Brasil. **Revista Gestão Universitária**, n. 138, 2007. Disponível em: <http://www.redemebox.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=496:um-breve-historico-da-avaliacao-institucional-no-brasil&catid=100:138&Itemid=21>. Acesso em: 04 set. 2014.
- BRASIL. Constituição Federal (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Senado, 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 24 out. 2014.
- _____. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 24 nov. 2014.
- _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 28 ago. 2014.
- _____. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: 13 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**. 2013. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12303:sistema-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior-sinaes-&catid=270:sinaes&Itemid=609>. Acesso em: 10 jul. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Indicadores**. 2013. Disponível em: <<http://painel.mec.gov.br/>>. Acesso em: 27 set. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Cursos de graduação: bacharelado e licenciatura: autorização**. 2010. Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/download/superior/condicoesdeensino/2010/instrumento_autoriacao_bacharelado_licenciatura2.pdf>. Acesso em 20 out. 2014.

_____. **Instrumento de avaliação institucional externa**. 2010. Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/download/superior/institucional/2010/instrumento_avaliacao_institucional_externa_recredenciamento.pdf>. Acesso em: 20 out. 2014.

_____. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa: Subsidia os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação da organização acadêmica (presencial)**. 2014. Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2014/instrumento_institucional.pdf>. Acesso em: 20 out. 2014.

_____. **Sinaes**. 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-sinaes>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

DIAS, Edna Maria Leite; GUERRA, Maria Aurea Montenegro Albuquerque. O ensino superior e as fragilidades das bibliotecas universitárias: uma análise à luz da avaliação do SINAES. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 6., 2013, São Luís. **Anais eletrônicos...** São Luís: UFMA, 2013. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo15-impasseosedesafiosdaspolicasdeeducacao/pdf/oensinosuperioreasfragilidadesdasbibliotecasuniversitarias.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2014.

DZIEKANIAK, Cibele Vasconcelos. Participação do bibliotecário nas comissões de avaliação do Ministério da Educação (MEC) nos processos de reconhecimento de cursos de graduação. **Biblos**, Rio Grande, RS, v. 18, p. 169-178, 2006. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/biblos/article/view/90/43>>. Acesso em: 02 out. 2014.

GATTI, Bernardete Angelina. Avaliação educacional no Brasil: pontuando uma história de ações. **Eccos Revista Científica**, São Paulo, n. 1, v. 4, p. 17-41, 2002. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71540102>>. Acesso em: 02 nov. 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Séries históricas e estatísticas. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&no=4>. Acesso em: 25 nov. 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 1996.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert; VIEIRA, Sônia Chagas (Organizadoras). Biblioteca universitária brasileira: instrumento para seu planejamento e gestão, visando à avaliação do seu desempenho: documento final consolidado a partir das contribuições dos Grupos de Trabalho do Seminário Avaliação da Biblioteca Universitária Brasileira. In: SEMINÁRIO AVALIAÇÃO DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA, 1., 2008, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/588/3/Biblioteca%20universitaria%20brasileira.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Organizadora). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MOROSINI, Marília Costa. Qualidade da educação superior e contextos emergentes. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba, SP, v. 19, n. 2, p. 385-405, jul. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php?journal=avaliacao&page=article&op=view&path%5B%5D=1941&path%5B%5D=1732>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

OLIVEIRA, Joelma Gualberto de. **Processo de avaliação do INEP/MEC de bibliotecas universitárias pertencentes às instituições de educação superior privadas de Belo Horizonte/MG**. 2010. 282 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID-87BKMR/disserta__o_vers_o_final.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 set. 2014.

OLIVEIRA, Nirlei Maria. A biblioteca das instituições de ensino superior e os padrões de qualidade do MEC: uma análise preliminar. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 207-221, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000001681&dd1=f4d6a>>. Acesso em: 16 nov. 2014.

SANDER, Benno. Gestão educacional: concepções em disputa. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 3, n. 4, p. 69-80, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/102>>. Acesso em: 24 out. 2014.

SAVIANI, Dermeval. Desafios da construção de um sistema nacional articulado de educação. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 213-231, jul./out. 2008. Disponível em: <<http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/upload/revistas/r206.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2014.

SCHWARTZMAN, Simon. Os desafios da educação no Brasil. In: BROCK, Colin; SCHWARTZMAN, Simon. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 9-49.

SCREMIN, Greice; AIMI, Daniela da Silva. Qualidade na educação: conceitos e visões. **Políticas Educativas**, Campinas, SP, v. 2, n. 1, p. 91-103, dez. 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/Poled/article/view/18355>>. Acesso em: 15 set. 2014.

- SILVA, Daliany de Oliveira. **Uma análise sobre os parâmetros de avaliação do MEC em bibliotecas universitárias**. 2010. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Centro de Ciências Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufrn.br:8080/monografias/bitstream/1/119/1/DalianyOS_Monografia.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2014.
- SOARES, Maria Susana Arrosa (Coord.). **A educação superior no Brasil**. 2002. Disponível em: <<http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-tematica-1/textos/educacao-cultura/texto-6-2013-a-educacao-superior-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2014.
- TAVARES, Maria das Graças Medeiros et al. A relação expansão-avaliação da educação superior no período pós-LDB/1996. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, SP, v. 8, n. 1, p. 92-105, maio 2014. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1014>>. Acesso em: 24 out. 2014.
- VERHINE, Robert Evan; DANTAS, L. Maria Vinhaes. **Avaliação da educação superior no Brasil: do *Provão* ao ENADE**. Documento preparado para o Banco Mundial. 2005. Disponível em: <<http://www.isp.ufba.br/avalia%C3%A7%C3%A3o%20da%20Ed%20Superior%20do%20Provao%20ao%20ENADE.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2014.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS
ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO

- 1) Fale brevemente de sua formação e experiência profissional.
- 2) Você já participou de alguma avaliação SINAES, atuando como bibliotecário de biblioteca universitária? Quantas?
- 3) Você considera que os critérios pelos quais a biblioteca é avaliada pelo MEC abrange todo o universo de uma biblioteca?
- 4) Um dos indicadores avaliados pela Comissão do MEC na visita in loco é a infraestrutura física da biblioteca em relação ao tamanho do espaço físico, condições de iluminação, climatização, limpeza, entre outros aspectos. Em sua opinião, esses aspectos são realmente avaliados com profundidade pelas Comissões?
- 5) Outro critério avaliado diz respeito aos serviços prestados pela biblioteca, sistema automatizado, relatórios, bases de dados e a quantidade de profissionais da área de Biblioteconomia. Durante as visitas você já teve que comprovar que era bibliotecário e teve como mostrar como os serviços funcionavam para os avaliadores? Qual sua opinião sobre como este indicador é avaliado pelas Comissões do MEC?
- 6) No indicador que trata do plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/digital), qual sua opinião sobre como este plano é avaliado?
- 7) O que você pensa sobre como funciona a avaliação feita pela Comissão do MEC no que diz respeito à qualidade e quantidade das bibliografias e periódicos assinados pela biblioteca para atender os cursos?
- 8) Qual sua opinião sobre o perfil dos avaliadores que compõem as Comissões do MEC e as implicações disso para avaliação das bibliotecas universitárias? Você acha que os avaliadores têm competências para avaliar as bibliotecas?